MARIANA DE ARAUJO FERRAZ

O Papel do Estado na Prevenção da Obesidade Infantil:

ênfoque em medidas para desestimular o consumo de alimentos não saudáveis

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. Dalmo de Abreu Dallari

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

MARIANA DE ARAUJO FERRAZ

O Papel do Estado na Prevenção da Obesidade Infantil:

enfoque em medidas para desestimular o consumo de alimentos não saudáveis

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração de Direito do Estado, sob orientação do Prof. Titular Dr. Dalmo de Abreu Dallari.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Ferraz, Mariana de Araujo

O Papel do Estado na Prevenção da Obesidade Infantil: enfoque em medidas para desestimular o consumo de alimentos não saudáveis ; Mariana de Araujo Ferraz ; orientador Dalmo de Abreu Dallari -- São Paulo, 2020.

324

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Obesidade. 2. Direitos humanos. 3. Direito à saúde. 4. Prevenção de doenças. 5. Regulamentação comercial. I. de Abreu Dallari, Dalmo, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

FERRAZ, Mariana de Araujo. **O papel do Estado na prevenção da obesidade infantil: enfoque em medidas para desestimular o consumo de alimentos não saudáveis.** 324 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Direito. Área de concentração de Direito do Estado

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Professor Titular Dr. Dalmo de Abreu Dallari (Presidente da Banca e Orientador)

Prof.(a) Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao Fabio, minha inspiraçaõ, minha fortaleza,
só tinha de ser pra você

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dalmo de Abreu Dallari, que com seu aceite para orientação desse trabalho, abriu caminhos perenes para minha dedicação acadêmica e profissional no campo da defesa do direito humano à alimentação e da saúde alimentar infantil.

À Professora Sueli Gandolfi Dallari, pelas valiosas lições na disciplina cursada na Faculdade de Saúde Pública da USP, e pelo apoio e atenção sempre presentes.

À Faculdade de Direito do Largo São Francisco e à Universidade de São Paulo, responsável por minha formação desde a graduação, mestrado e agora doutorado, garantindo ensino público, gratuito e de qualidade, e possibilitando a interdisciplinaridade necessária para que a pesquisa jurídica interaja mais fortemente com outras áreas do saber, como as de Nutrição e Saúde Pública.

A todos os colegas de trabalho, acadêmicos e ativistas que atuam por relações mais justas no campo alimentar e pela proteção da alimentação adequada e saudável para toda população.

Aos amigos de pós-graduação, pelo companheirismo e suporte mútuo durante essa jornada, em particular agradeço a Maria Cecília Asperti, Letícia Martins, Norton Zardo, Vivian Calderoni, Mariana dos Anjos, Pedro Gonzaga, Natali dos Santos, Gabriela Saab, Ekaterine Karageorgiadis, Pedro Hartung e Carolina T. Jorge.

A minha família, pela compreensão e carinho, fonte de energia para seguir em frente sempre.

RESUMO

FERRAZ, Mariana de Araujo. **O papel do Estado na prevenção da obesidade infantil: enfoque em medidas para desestimular o consumo de alimentos não saudáveis.** 324 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A presente tese estrutura-se em torno da seguinte questão-lide: qual é o papel do Estado e do Direito na prevenção da obesidade infantil? Por meio de um aproximação interdisciplinar entre as áreas de Nutrição, Saúde Pública e Direito, em particular Direitos Humanos no marco de proteção à infância, Direito Constitucional e Direitos do Consumidor, propõe-se uma jornada investigativa que parte do esclarecimento sobre a obesidade e doenças crônicas não transmissíveis correlacionadas como um problema de saúde pública. Desse ponto de partida, destaca-se a conformação dos ambientes obesogênicos cujos determinantes comerciais incluem práticas de mercado que promovem o consumo de produtos alimentícios ultraprocessados e contribuem para dietas não saudáveis e obesidade. Ao identificar os fatores promotores da epidemia de obesidade em nível populacional, a pesquisa é direcionada para o universo das recomendações expedidas pelos principais organismos internacionais de saúde, de forma a destacar-se aquelas direcionadas ao Estado para adoção de medidas regulatórias que desestimulem o consumo de produtos alimentícios que colaboram para dietas não saudáveis. Um olhar especial é dedicado às medidas avaliadas como mais custo-efetivas, quais sejam, regulação do ambiente alimentar escolar, da publicidade, da rotulagem e tributação de bebidas açucaradas e de alimentos que favorecem o ganho de peso. Adentra-se, então, em reflexões sociológicas e jurídicas para compreensão das demandas por segurança no âmbito alimentar emanantes da sociedade de risco global, e respectivos impactos na esfera de deveres do Estado e direitos fundamentais, em particular dos direitos à saúde e à alimentação da criança. Os limites de atuação do Estado e o embate de direitos envolvendo a livre-iniciativa é posto em debate. Finalmente, a tese comenta a situação e possibilidade jurídica no ordenamento brasileiro das recomendações de medidas regulatórias sobre o mercado de alimentos, trazendo uma investigação de direito comparado nos países das Américas sobre a normativa recomendada para prevenção da obesidade infantil. A tese procura apontar o (des)cumprimento pelo Estado Brasileiro de suas obrigações de proteção à saúde da infância sob essa ótica, e objetiva esclarecer critérios e caminhos possíveis para decisores políticos, operadores do direito e acadêmicos atuarem em prol do melhor interesse da criança e da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Obesidade infantil. Prevenção de doenças. Ambiente obesogênico. Alimentos ultraprocessados. Regulação. Alimentação escolar. Publicidade. Tributação de bebidas açucaradas. Rotulagem de alimentos. Direitos humanos. Direitos fundamentais. Direito à saúde. Direito à alimentação.

ABSTRACT

FERRAZ, Mariana de Araujo. **The role of the State to prevent childhood obesity: focus on measures to discourage consumption of unhealthy foods**. 324 p. PhD Thesis – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

This thesis is structured around the following question: what role do the State and the Law play in preventing childhood obesity? Through an interdisciplinary approach within the areas of Nutrition, Public Health and Law, in particular Human Rights in the child protection legal framework, Constitutional Law and Consumer Rights, this thesis presents an investigative journey that starts by clarifying why obesity and the correlated noncommunicable diseases are a public health problem. From this starting point, the research defines obesogenic environments, whose commercial determinants include market practices that promote the consumption of ultra-processed food products contributing to unhealthy diets and obesity. By identifying the drivers of the obesity epidemic at the population level, the research then analyzes the recommendations issued by the main international health organizations, focusing attention on those directed to the State for the adoption of regulatory measures that discourage the consumption of food products that contribute to obesity and unhealthy diets. Special attention is given to the most cost-effective measures, namely, regulation of school food environment, advertising, labeling and taxation of sugary drinks and foods that promote weight gain. The thesis then discusses sociological and legal reflections to understand the demands for food security rising from the global risk society, and how it shapes State obligations and fundamental rights, in particular the children's health and food rights. The limits of State action and the clash of rights involving free enterprise are debated. Finally, the thesis comments on the food market regulatory status and its legal possibility within the Brazilian legal framework, bringing a comparative law investigation within the countries of the Americas regarding the recommended norms for childhood obesity prevention. The thesis seeks to address the Brazilian State's (non) compliance with its obligations to protect childhood health from this perspective, and aims to clarify criteria and possible ways for policy makers, legal professionals and academics to act in the best interests of the child and the society as a whole.

Keywords: Childhood obesity. Disease prevention. Obesogenic environment. Ultra processed foods. Regulation. School feeding. Advertising. Taxation of sugary beverages. Food labeling. Human rights. Fundamental rights. Right to health. Right to food.

RÉSUMÉ

FERRAZ, Mariana de Araujo. **Le rôle de l'État dans la prévention de l'obésité infantile: Une mise en évidence des mesures pour décourager la consommation d'aliments malsains.** 324 f. Thèse de doctorat - Faculté de droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2020.

Cette thèse s'articule autour de la question suivante: quel est le rôle de l'État et de la loi dans la prévention de l'obésité infantile? Grâce à une approche interdisciplinaire couvrant les domaines de la nutrition, de la santé publique et du droit, en particulier les droits de l'homme dans le cadre de la protection de l'enfance, du droit constitutionnel et des droits des consommateurs, la présente recherche part de la clarification de l'obésité et des maladies chroniques non transmissibles en tant que problème de santé publique. À partir de ce point de départ, nous mettons en évidence le développement d'environnements obésogènes dont les déterminants commerciaux incluent des pratiques de marché qui favorisent la consommation de produits alimentaires ultra-transformés et contribuent à des régimes malsains et à l'obésité. En identifiant les facteurs favorisant l'épidémie d'obésité au niveau de la population, la recherche est orientée vers l'univers des recommandations émises par les principales organisations internationales de santé, afin de mettre en évidence celles adressées à l'État pour l'adoption de mesures réglementaires décourageant la consommation de produits alimentaires qui contribuent à une alimentation malsaine. Une attention particulière est accordée aux mesures les plus rentables, à savoir la réglementation de l'environnement alimentaire scolaire, de la publicité, de l'étiquetage et la taxation des boissons sucrées et des aliments qui favorisent la prise de poids. Cette thèse entre ensuite dans des réflexions sociologiques et juridiques pour comprendre les exigences de sécurité alimentaire émanant de la société de risque mondial, et leurs impacts sur la sphère des devoirs de l'État et droits fondamentaux, en particulier aux droits à la santé et aux droits alimentaires des enfants. Les limites de l'action de l'État et le conflit des droits impliquant la libre entreprise sont débattus. Enfin, la thèse commente la situation et la possibilité juridique, dans le cadre légal brésilien, des recommandations de mesures réglementaires sur le marché alimentaire, amenant une recherche de droit comparé dans les pays des Amériques sur les normes recommandées pour la prévention de l'obésité infantile. La thèse vise à souligner le (non) respect par l'État brésilien de ses obligations de protéger la santé des enfants de ce point de vue, et vise à clarifier les critères et les moyens possibles pour les décideurs politiques, les opérateurs juridiques et les universitaires d'agir dans l'intérêt supérieur de l'enfant et de la société dans son ensemble.

Mots-clés: Obésité infantile. Prévention des maladies. Environnement obésogènes. Aliments ultra transformés. Réglementation. Alimentation scolaire. Publicité. Boissons sucrées. Étiquetage des aliments. Droits de l'homme. Droits fondamentaux. Droit à la santé. Droit à l'alimentation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA - Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação
Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AOS - apneia obstrutiva do sono
CDC - Código de Defesa do Consumidor
CF - Constituição Federal de 1988
CIDE - contribuição de intervenção sobre o domínio econômico
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONAR - Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
CQCT – Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS
DCNTs - doenças crônicas não transmissíveis
DHGNA - doença hepática gordurosa não alcoólica
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GDA - *guideline daily amounts*
ICD-11 - International Classification of Diseases 11th Revision
Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IMC - Índice de Massa Corporal
IPI - imposto sobre produtos industrializados
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMS - Organização Mundial da Saúde
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde
PIB - Produto Interno Bruto
PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNS - Pesquisa Nacional de Saúde
POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ - Superior Tribunal de Justiça
TIPI - tabela de incidência do IPI
TPS - Tomada Pública de Subsídio
UFPR - Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE I. O PROBLEMA	9
1. OBESIDADE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA	10
1.1 DEFINIÇÃO E ABORDAGEM	10
1.2 PANORAMA MUNDIAL DA OBESIDADE	15
1.3 CUSTOS DA OBESIDADE	22
1.4 PANORAMA DA OBESIDADE NO BRASIL	25
1.5 PANORAMA DA OBESIDADE INFANTIL	29
1.6 COMORBIDADE E IMPACTOS DA OBESIDADE INFANTIL	32
2. PROMOTORES DA OBESIDADE E O AMBIENTE OBESOGÊNICO	37
2.1 DEFINIÇÃO DE AMBIENTE OBESOGÊNICO	46
2.2 INFLUÊNCIA DO AMBIENTE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E NA OBESIDADE	47
2.3 DETERMINANTES COMERCIAIS DA SAÚDE (OU DA DOENÇA)	54
3. DEFINIÇÃO DE ALIMENTOS NÃO SAUDÁVEIS	61
3.1 PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ULTRAPROCESSADOS	61
3.2 ULTRAPROCESSADOS E DESFECHO EM OBESIDADE E DOENÇAS CORRELACIONADAS	68
3.3 ALIMENTOS COM ALTA DENSIDADE-ENERGÉTICA E POBRES EM NUTRIENTES	77
3.4 AÇÚCAR ADICIONADO E BEBIDAS AÇUCARADAS	78
3.5 MODELO DE PERFIL DE NUTRIENTES DA ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE	80
4. CONCLUSÃO – PARTE I	83
PARTE II. RECOMENDAÇÕES	88
5. RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS: RECORTE	89
5.1 RECOMENDAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE	93
5.2 RECOMENDAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE	109
5.3 QUADRO-RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES	114
5.4 NOTAS SOBRE FORÇA JURÍDICA DAS RECOMENDAÇÕES	116
6. EMBASAMENTO DAS MEDIDAS RECOMENDADAS	118
6.1 TRIBUTAÇÃO DE BEBIDAS AÇUCARADAS	119
6.2 REGULAÇÃO DO <i>MARKETING</i> DE ALIMENTOS NÃO SAUDÁVEIS PARA CRIANÇAS	129
6.3 REGULAÇÃO DA ROTULAGEM DE ALIMENTOS	138
6.4 REGULAÇÃO DO AMBIENTE ALIMENTAR ESCOLAR	149
7. CONCLUSÃO - PARTE II	155
PARTE III. DIREITOS E DEVERES	159
8. DEVER REGULATÓRIO DO ESTADO PARA GARANTIA DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE RISCOS	159
8.1 SOCIEDADE DE RISCO GLOBAL	159
8.2 HISTÓRICO DA INTERVENÇÃO ESTATAL NO ÂMBITO ALIMENTAR	165
8.3 DESAFIOS DA INTERVENÇÃO ESTATAL COM ENFOQUE EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ULTRAPROCESSADOS	170
8.4. FUNÇÃO ESTATAL DE SEGURANÇA E O DEVER DE PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	175

9. DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS	182
9.1 MARCO JURÍDICO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO À CRIANÇA FRENTE AO AMBIENTE OBESOGÊNICO	182
9.1.1 Direito da criança à saúde e à alimentação	184
9.1.2 Direito à consideração primordial do melhor interesse da criança	189
9.1.3 Direito à não discriminação	190
9.1.4 Direito à informação e Direito à ser protegido frente ao Mercado	191
9.1.5 Obrigações do Estado e das Empresas	195
9.2 MARCO JURÍDICO NACIONAL	205
9.2.1 Direito à Saúde	205
9.2.2 Direito à alimentação	206
9.2.3 Prioridade absoluta aos direitos da criança e do adolescente	208
9.2.4 Direitos do Consumidor e nocividade dos produtos alimentícios ultraprocessados	209
9.2.5 Livre-iniciativa	218
10. CONFLITOS E COMPATIBILIZAÇÃO DE DIREITOS	221
10.1 LIBERDADE, AUTONOMIA E FUNDAMENTAÇÃO DE MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	223
11. SITUAÇÃO NO ORDENAMENTO NACIONAL E POSSIBILIDADE JURÍDICA DAS MEDIDAS REGULATÓRIAS RECOMENDADAS	231
11.1 REGULAÇÃO DA PUBLICIDADE DE ALIMENTOS	231
11.1.1 Autorização constitucional	231
11.1.2 RDC 24/2010 da Anvisa	234
11.1.3 Resolução nº 163/2014 do CONANDA	236
11.1.4 Judiciário: decisão de caso no STJ e STF	238
11.2 REGULAÇÃO DO AMBIENTE ALIMENTAR ESCOLAR	240
11.3 TRIBUTAÇÃO DE BEBIDAS AÇUCARADAS	244
11.4 ROTULAGEM NUTRICIONAL FRONTAL DE ALIMENTOS	251
11.4.1 Possibilidade regulatória no comércio internacional: Mercosul, TBT e <i>Codex Alimentarius</i>	262
12. CONCLUSÃO – PARTE III	266
<u>PARTE IV. MAPEAMENTO NORMATIVO ESTRANGEIRO E ESTUDO DE CASO</u>	<u>274</u>
13. MAPEAMENTO NORMATIVO	274
13.1 METODOLOGIA	274
13.2 MAPEAMENTO NORMATIVO ESTRANGEIRO	278
13.2.1 Ambiente Escolar	278
13.2.2 Tributação	281
13.2.3 Publicidade de Alimentos	283
13.2.4 Rotulagem	285
14. ESTUDO DE CASO: LEGISLAÇÃO DO CHILE SOBRE ALIMENTOS E PREVENÇÃO DA OBESIDADE	287
15. CONCLUSÃO – PARTE IV	292
<u>CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES FINAIS</u>	<u>295</u>
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>304</u>

INTRODUÇÃO

Comida. Alimento. Nutrição. Tais palavras assumem dimensões intrínsecas à existência humana. Podem ser vistas sob a ótica da subsistência, o nutrir para existir. Podem ser vistas sob o olhar emotivo-afetivo, os cheiros e sabores da infância, memória, cuidado e carinho por trás de um prato preparado com amor. Quem não se lembra de alguém ao fechar os olhos e pensar na sua comida favorita? A comida que desperta o apetite ao longo do dia, todos os dias, a comida história e cultura de um povo, a comida descoberta de sabores, a comida que comemos e tema de conversa entre amigos, a comensalidade. Esse mesmo alimento é também matéria de jornal diariamente, a ausência e inadequação dos alimentos, alvo de questionamentos sobre riscos, perigos, julgamento de desempenho, a medicalização do alimento, suas consequências de consumo, seu processo produtivo, sua segurança e impacto social e em saúde.

São diversas as vertentes e possibilidades de olhar sobre o tema da alimentação. E por ser tão vivo e presente na existência humana inevitavelmente transita do mundo do *ser* ao *dever ser*. Quais as providências jurídicas em torno das crises e problemas alimentares? Há um encontro fatal entre os universos do Direito e da Alimentação. Essa esfera é o ponto de partida da presente tese, que pretende apresentar um diálogo entre as áreas do saber de Nutrição em Saúde Pública e do Direito, em particular de Direitos Humanos, Constitucional e Direitos do Consumidor.

Nosso enfoque é sobre um problema em particular: qual é o papel do Estado e do Direito na prevenção da obesidade populacional e infantil enquanto expressão de má-nutrição? Porém, antes de adentrar sobre as possíveis obrigações e providências jurídicas em torno do problema, é preciso dar um passo atrás e reconhecer e esclarecer o problema em si. “Da mesma forma que Suécia e Dinamarca tem por base evitar que suas crianças de olhos azuis fiquem gordinhas, o Brasil tem por base acabar com a desnutrição dos nossos meninos moreninhos. Ao contrário dos Estados Unidos, aqui o McDonald’s não é vício, é aspiração”¹ –

¹ CONSELHO NACIONAL DE AUTORREGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA. **Relatório de 12 de junho de 2011. Relator Ênio Basílio Rodrigo. Representação N. 085/11.** Disponível em: <http://criancaconsumo.org.br/wp-content/uploads/2014/07/ArcosDouradosRio_Decisao_2014.pdf>. Acesso em 24 de novembro de 2019.

tal frase foi escrita em voto do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária CONAR, negando provimento sobre uma denúncia de abusividade de publicidade infantil de empresa de *fast food*. Essa passagem é um micro-cosmos do universo de ignorância acerca da relação entre má-nutrição, práticas de *marketing* e impacto na saúde da criança, em especial dessa realidade em território nacional.

Pensando em dialogar com o desconhecimento e o negacionismo ao problema, dedicaremos esforços primeiramente para trazer luz ao tema. Afinal, a obesidade e seus fatores de risco modificáveis são um problema de saúde pública? E por quê? Assim, nossa pesquisa parte da investigação do fenômeno da obesidade populacional, seus custos, impactos em saúde e qualidade de vida e os principais fatores promotores que fazem com que essa expressão de má nutrição atinja adultos e crianças no Brasil e no mundo. Cumpre-se necessário um olhar especial ao público infantil e o impacto do excesso de peso e obesidade em seu desenvolvimento.

Alguns cuidados pautarão nossa abordagem, um deles diz respeito à não estigmatização e culpabilização dos indivíduos com obesidade. Também abordaremos a hipervulnerabilidade da criança e do adolescente diante desse problema. Esse olhar nos direciona inevitavelmente para compreensão das forças do ambiente que conformam os principais fatores promotores da má nutrição e do desequilíbrio do balanço energético que determina o excesso de peso. Mudanças no padrão alimentar aliados à reduzida prática de atividade física, tanto no período laboral, como no lazer, são apontados como determinantes para o excesso de peso². Hoje, o notório crescimento da prevalência da obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) relacionadas à alimentação, como diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e certos tipos de câncer, chamam atenção do debate social diariamente. Mas o que de fato precisamos entender para lidar com esse problema?

Um caminho é o estudo das tendências e relações entre os fatores de risco modificáveis e a prevalência do problema de saúde. Ao observarmos dados mundiais, e do Brasil em particular, chama atenção a relação entre transição nutricional e a carga de doenças. A transição nutricional brasileira caracteriza-se por um novo padrão alimentar marcado pelo

² CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios**. Brasília, DF: CAISAN, 2014, p.12.

pouco tempo dedicado à alimentação, diminuição das preparações culinárias baseadas em alimentos frescos, preparadas pelo consumidor em suas casas, e um consumo cada vez maior de produtos ultraprocessados³ com altas quantidades de açúcar, sódio e gorduras, alta densidade energética, e nutricionalmente desequilibrados. Tais produtos são frequentemente comercializados por grandes corporações e possuem a característica de serem muito duráveis, e prontos para consumir, e por isso chamados “alimentos de conveniência” na medida em que requerem mínima ou nenhuma preparação, têm longos prazos de validade, podem ser comercializados em diferentes tamanhos e são facilmente encontrados em todos os lugares, tendem a ser hiperpalatáveis graças à adição excessiva de gorduras, açúcar e sal e ao uso de diversos aditivos “realçadores de sabor” pela indústria de alimentos. As técnicas de *marketing* e publicidade, comunicam tais “vantagens” e estimulam seu consumo em excesso, sem alertar para qualquer cautela quanto aos impactos para a saúde. Observamos, com isso o fenômeno de aumento da produção e o consumo desses produtos, substituindo padrões alimentares baseados nos alimentos frescos e minimamente processados.⁴ O aumento do consumo populacional desses produtos alimentícios vem casado com o aumento da ocorrência de DCNTs associadas à má alimentação. Veremos em detalhes como ocorre essa relação e de que maneira as práticas de mercado de promoção desses produtos tem colaborado para conformação de ambientes obesogênicos, que dificultam a realização de escolhas saudáveis, promovem e apoiam a obesidade em indivíduos ou populações mediante fatores físicos, econômicos, legislativos e socioculturais.⁵

Estamos, sem dúvida, diante de um problema de causas complexas. As configurações urbanas para deslocamento, altamente dependentes do uso de carro; a insegurança pública; o tempo em frente às telas (TV, computadores, celulares *smartphone*); entre outros fatores, também influenciam no modo de vida sedentário, afetando o gasto energético decorrente das atividades físicas. Muitas variáveis entram em jogo na definição do que se come e se bebe. A pobreza, a exclusão social, a qualidade da informação disponível, os sistemas de produção,

³ A definição de produtos ultraprocessados sera esclarecida no capítulo 3 do presente trabalho.

⁴ MONTEIRO, Carlos Augusto. The big issue is ultra-processing: the price and value of meals [Comentary]. *World Nutrition*, [S.l.], v.2, n.6, p.271-282, 2011.

⁵ ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes**. 53 Conselho Director. 66a Sessão do Comitê Regional da OMS 3 de outubro de 2014. Original: ingles. Washington, D.C., USA, 2014.

abastecimento, comercialização e práticas comerciais dos alimentos afetam e restringem diretamente as escolhas individuais. Daremos, portanto, especial enfoque para compreensão das influências das práticas mercadológicas pensando na acessibilidade, preço e estímulo midiático ao consumo de produtos alimentícios não saudáveis.

A Parte I desse trabalho estará voltada a aprofundar-se nesses aspectos, procurando responder de que forma a obesidade tornou-se um problema de saúde pública; quais os impactos no público infantil e adolescente; quais as forças promotoras da epidemia de obesidade e como conformam os ambientes obesogênicos; qual a relação entre prevalência de obesidade e as práticas de mercado; e como qualificar “alimentos não saudáveis”, em particular tendo em vista uma perspectiva regulatória. Tais esclarecimentos são ponto de partida para enfrentarmos o cerne dessa pesquisa: Qual seria, então, o papel do Estado e das políticas de saúde no enfrentamento da epidemia de obesidade sob o foco de sua possibilidade de interferência no ambiente e regulação do mercado?

Partiremos então para um segundo momento da pesquisa: as Recomendações. Diversas propostas de intervenções tem sido recomendadas por organismos internacionais de saúde para conter o aumento na prevalência de doenças crônicas associadas à alimentação. Parte-se da conclusão de que as preferências alimentares pessoais, decisões de compra e comportamentos alimentares são moldados pelo preço, *marketing*, disponibilidade e acessibilidade. Por sua vez, estes fatores são influenciados por políticas e regulamentações para agricultura e comércio. Algumas dessas medidas seguem os passos dados pelas estratégias de controle do tabaco e visam reduzir a demanda por produtos que influenciam nos fatores de risco. No caso de alimentação e nutrição, destaca-se: (i) regulamentação do *marketing* promocional (para limitar os estímulos ao consumo); (ii) preço (tributação para criar uma barreira financeira para produtos alimentícios não saudáveis e subsídios para os mais saudáveis); (iii) local (intervenções para reduzir o acesso físico aos produtos alimentícios não saudáveis e limitação ao tamanho das porções); e (iv) produto (reformulação de ingredientes dos produtos).⁶

O reconhecimento dos efeitos nocivos do *marketing* de alimentos dirigido à criança foi expresso formalmente em diversos documentos internacionais. Alguns exemplos: Em 2010, os Estados Membros da Organização Mundial da Saúde aprovaram um conjunto de

⁶ GOMES, Fabio da Silva; LOBSTEIN, Tim. Food and beverage transnational corporations and nutrition policy. *Journal SCN News*, Geneva, Switzerland, n. 39, p. 57-65, 2011.

recomendações sobre a promoção de alimentos e bebidas não alcoólicas dirigida às crianças.⁷ Em 2011, a Organização Pan Americana da Saúde (OPAS) publicou as Recomendações da Consulta ao Grupo de Especialistas sobre promoção e publicidade de alimentos e bebidas não alcoólicas dirigida à crianças na região das Américas.⁸ O documento lista ações concretas e práticas a serem adotadas pelos Estados de forma a reduzir a exposição infantil à promoção e à publicidade de produtos alimentícios com elevados teores de gorduras, açúcar e/ou sódio. Em 2012, a OMS publicou um marco referência para implementação de suas recomendações sobre regulação do *marketing* de alimentos e bebidas não alcólicas para crianças, ampliando o alcance das ações para a regulação de outras estratégias de comercialização, como o design de embalagens e rotulagem de produtos. Em 2014, o Escritório Regional da OMS para as Américas e a OPAS publicaram o Plano de Ação para a Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes contendo diversas linhas de ações estratégicas, que incluem, políticas fiscais e regulamentação do *marketing* e rotulagem de alimentos, visando reduzir o consumo entre crianças e adolescentes de bebidas açucaradas e produtos alimentícios com alta densidade energética e pobres em nutrientes; proteger crianças e adolescentes do impacto do *marketing* desses produtos; e instituir normas para rotulagem da parte frontal da embalagem que promovam escolhas saudáveis.⁹ Esse documento também prevê como linha de ação estratégica a melhoria de ambientes de nutrição e de atividade física escolar, visando a implementação de programas nacionais de alimentação escolar e adoção normas e/ou regulamentações sobre a venda de alimentos e bebidas em escolas (“alimentos competitivos”) que promovam o consumo de alimentos saudáveis e água e restrinjam a disponibilidade de produtos energéticos com poucos nutrientes e bebidas açucaradas.¹⁰

Interessante notar que, o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, do Ministério da Saúde do Brasil¹¹ reitera apoio às intervenções recomendadas pela Organização

⁷ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. 63ª ASAMBLEA MUNDIAL DE LA SALUD. **Resolución WHA63.14 - Promoción de alimentos y bebidas no alcohólicas dirigida a los niños.** Octava sesión plenaria - Comisión A, cuarto informe, WHA63/2010/REC/1, Ginebra, 21 de mayo de 2010.

⁸ ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Recomendaciones de la Consulta de Expertos de la Organización Panamericana de la Salud sobre la promoción y publicidad de alimentos y bebidas no alcohólicas dirigida a los niños en la Región de las Américas.** OPS, Washington, D.C., 2011.

⁹ Cf. Linha de Ação estratégica 3, Objetivos 3.1; 3.2 e 3.3 do ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. op. cit, 2014.

¹⁰ Cf. Linha de Ação Estratégica 2, objetivo 2.1 do Ibid.

¹¹ INCA. Instituto Nacional de Câncer. Ministério da Saúde. **Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca do Sobrepeso e Obesidade.** 2017. Disponível em: <

Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) como parte de ações integradas para prevenção e controle do sobrepeso e obesidade, tais quais:

- Aumento da tributação de bebidas açucaradas e adoçadas com adoçantes não calóricos ou de baixa caloria;
- Restrição da publicidade e promoção de alimentos e bebidas não saudáveis dirigidas ao público infantil;
- Restrição da oferta de alimentos e bebidas ultraprocessados nas escolas;
- Aprimoramento das normas de rotulagem de alimentos para deixar a informação mais compreensível e acessível ao consumidor, incluindo um modelo de advertências textuais frontais nas embalagens que indique por meio de mensagens diretas os alimentos e bebidas que contém altos teores de açúcar, sódio, gordura, gordura saturada e caloria e que contém aditivos químicos, edulcorantes e gordura trans.

Tendo isso em vista, pretende-se na Parte II desse trabalho realizar um aprofundamento sobre as recomendações dos órgãos internacionais de saúde de forma a identificarmos os pontos em comum quanto as possíveis medidas mais efetivas para lidar com o problema da obesidade infantil. Nesse intuito, um recorte se faz necessário, pois são muito amplas as possibilidades de intervenção sobre o problema. Realizaremos, portanto, uma revisão documental das principais diretivas expedidas por órgãos internacionais de saúde que visem desestimular o consumo de alimentos não recomendados para uma dieta saudável e cujo consumo inadequado esteja associado à obesidade e DCNTs correlacionadas. Comentaremos também algumas das principais evidências científicas em torno das medidas recomendadas mais recorrentes, de forma que estejam claros os elementos que corroboram para defesa de sua adequação e necessidade. Em resumo, a Parte II desse trabalho estará voltada a enfrentar a seguinte questão: quais são as principais medidas custo-efetivas recomendadas por organismos internacionais de saúde para prevenção da obesidade infantil dentro do escopo de redução de demanda por produtos alimentícios não saudáveis?

Uma vez que tenhamos claro O Problema (Parte I) e As Recomendações e possíveis soluções (Parte II), adentraremos então nas reflexões sociológicas e jurídicas sobre as

implicações ao Estado para tomada de providências regulatórias sobre o mercado alimentício pautadas por direitos fundamentais. A Parte III desse trabalho talvez seja o coração de nossa tese, alicerçada nas bases apresentadas pela Parte I e II. É nela que mergulhamos na busca pelo esclarecimento do papel do Estado na prevenção da obesidade infantil com enfoque no desestímulo à demanda por produtos alimentícios não saudáveis.

Apesar de haver um crescente consenso em torno da necessidade de regulação do mercado de alimentos como estratégia para contenção da epidemia de obesidade, os próprios documentos da OPAS indicam que “algumas leis, e as regulamentações para executá-las, têm sido contestadas na justiça, atrasando ou interrompendo sua implementação”¹². Nessa esteira, diversas questões acerca da possibilidade jurídica de tais medidas regulatórias vem à tona, tais quais: Haveria um embate de direitos fundamentais nas medidas regulatórias, considerando o direito à saúde e à alimentação adequada e saudável, proteção à infância e direitos de consumidores *versus* liberdade econômica e livre-iniciativa? Quais os alcances e limites da atividade reguladora do Estado para proteção à saúde? Existiria afronta à liberdade individual e direito de escolha quando se visa proteger a saúde da criança? Para enfrentá-las investigaremos o marco jurídico nacional e internacional de direitos humanos e de que forma seus ditames podem ou não inferir um dever do Estado em regular o mercado de alimentos dentro do escopo das propostas recomendadas pelos organismos internacionais de saúde, tendo em vista a proteção da criança. Nessa jornada, também será necessário esclarecermos o tratamento jurídico nacional dado às medidas recomendadas tratadas nas partes iniciais desse trabalho, de maneira que possamos observar de que forma o ordenamento jurídico pátrio tem apresentado providências ou possibilidade jurídica de regulação do mercado de produtos alimentícios promotores de obesidade e DCNTs correlacionadas.

Por fim, encerraremos nossa pesquisa com um mapeamento normativo estrangeiro e estudo de caso de legislação, visando apresentar um levantamento de experiências normativas dentro dos eixos de medidas regulatórias recomendadas para desestimular o consumo de alimentos ultraprocessados não saudáveis. A missão é uma só: demonstrar o caminho do possível.

¹² ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes**. 53 Conselho Director. 66a Sessão do Comitê Regional da OMS 3 de outubro de 2014. Original: inglês. Washington, D.C., USA, 2014, p.15.

Em resumo, nossa tese tem como objetivo investigar o papel do Estado na prevenção da obesidade infantil, com enfoque em medidas para desestimular o consumo e demanda por produtos alimentícios não saudáveis. Partimos da hipótese de que existe base jurídica para implicar o dever do Estado de implementar tais medidas, porém, o Estado Brasileiro estaria frustrando tal dever, ainda aquém das recomendações e compromissos assumidos para proteção prioritária da saúde da criança. A confirmação ou refutação da hipótese se dará pela investigação do problema e das recomendações de enfrentamento, pela análise do marco jurídico-normativo vigente em diálogo com os aspectos sociológicos que implicam nas funções do Estado, e pelo esclarecimento do caminho do possível, por meio do estudo de direito comparado. A pesquisa pretende trazer, portanto, como contribuição original não só o mapeamento normativo e recomendatório nacional e internacional sobre o tema em questão, mas também uma abordagem inovadora sobre o dever regulatório do Estado para proteção da saúde da criança, ampliando a lente para além da regulação da publicidade, mas que compreenda também a proteção quanto aos diversos aspectos de promoção e estímulo ao consumo de produtos alimentícios potencialmente nocivos. Nossa expectativa final é levar uma contribuição acadêmica aos operadores do Direito e decisores políticos das mais diversas esferas de poder, para que possam, nutridos de comida de verdade e de conhecimento, atuar em prol do melhor interesse da criança e da sociedade como um todo.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final dessa jornada dissertativa. Motivada pela riqueza do encontro das áreas do saber do Direito e da Nutrição em Saúde Pública, resolvemos enfrentar uma pergunta-lide: qual é o papel do Estado e do Direito na prevenção da obesidade infantil? Nossa jornada seguiu uma proposta lógica: a compreensão sobre *O Problema*; o esclarecimento das *Recomendações* de enfrentamento ao problema; os *Direitos e Deveres* emergentes; e os *Caminhos possíveis*. Esses quatro pilares foram os fundamentos das quatro partes em que fora dividida essa tese. Resgatemos o sumo de nossas conclusões.

Partimos do esclarecimento da obesidade e de seus fatores de risco modificáveis como um problema de saúde pública e nos deparamos com uma constatação essencial quanto ao problema: o ambiente obesogênico e seus “vetores comerciais”. Nas últimas décadas observa-se uma escalada mundial da carga de doenças relacionadas à má nutrição e obesidade, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, atingindo-se diferentes faixas etárias e níveis de renda, sendo as inequidades sociais um fator de hipervulnerabilidade da população. Esse fenômeno tem sido observado como uma expressão de ambientes promotores da má nutrição e obesidade, e a conformação desses ambientes se dá não só por dificultarem a realização habitual de atividade física e gasto energético por parte dos indivíduos, mas por super-estimularem, por meio de práticas comerciais, o consumo de produtos alimentícios ultraprocessados.

Trouxemos evidências sobre a relação entre o consumo dos produtos alimentícios ultraprocessados e desfechos em saúde, que ocorre principalmente por serem nutricionalmente desbalanceados, favorecerem o consumo excessivo de calorias, enganarem os dispositivos corporais de regulação da saciedade, entre outras características notadas na Parte I dessa tese. A potencial nocividade desses produtos é reforçada pela forma como são promovidos e comercializados, em particular, pelo *marketing* agressivo e “onipresente”, baixo preço, alta variedade de oferta e fácil disponibilidade, acessibilidade, conveniência e falta de informação adequada sobre os riscos de consumo. Além disso, esses produtos são frequentemente publicizados e direcionados para crianças, sem qualquer obrigação de destaque à sua potencial nocividade à saúde. Essas práticas seriam os “vetores comerciais” da má nutrição e epidemia

de obesidade ao redor do mundo. Apresentamos estudos que demonstram que quanto maior o grau de desregulação do mercado, maiores as vendas dos produtos ultraprocessados. Essas e outras características fazem com que tais produtos estejam crescentemente substituindo padrões alimentares baseados em alimentos frescos, que integrariam dietas saudáveis.

Tendo isso em conta, as ações de prevenção da obesidade infantil não podem deixar de enfrentar as condições que conformam os ambientes obesogênicos, sob o risco de se limitarem a paliativos, ou medidas estritamente centradas no indivíduo, colocando exclusivamente nele o encargo de se exercitar ou de mudar seus hábitos alimentares à despeito de todas condições desfavoráveis de seu entorno. No caso do público infantil, a ausência de providências para modificação do ambiente obesogênico é ainda mais séria. A criança e o adolescente, pelas particularidades de seus estágios de desenvolvimento humano, possuem menos instrumentos para se defenderem de práticas comerciais que invadem o ambiente escolar, suas casas, locais e veículos de lazer. Por isso merecem proteção especial, responsabilidade essa compartilhada entre família, Estado e sociedade.

Para adentrar no universo das recomendações para prevenção e enfrentamento à epidemia de obesidade, consideramos que as estratégias podem ser das mais diversas ordens. Conforme dito, é comum a sustentação do argumento de que indivíduos devem ser educados para que se alimentem de forma mais saudável e aí está o limite da atuação do Estado. No entanto, há um ponto fundamental que destacamos nesse trabalho: as estratégias de educação devem ser apoiadas por uma série de medidas mais amplas, desenhadas de forma a remover as barreiras às escolhas saudáveis; governos deveriam concentrar seus esforços não apenas para informar sobre escolhas, mas também enfrentando os fatores ambientais de forma a fazer das escolhas saudáveis as mais fáceis de serem feitas.⁹⁷⁰

Conforme apontado na Parte I, as intervenções políticas/regulatórias no ambiente obesogênico possuem diversos pontos fortes: alcançam a população como um todo; tendem a ser sustentáveis; tornam-se sistêmicas; e revertem promotores ambientais;⁹⁷¹ e tem efeitos

⁹⁷⁰ HOUSE OF COMMONS. HEALTH COMMITTEE. **Obesity – Third Report of Session 2003-04**. Volume I. Report, together with formal minutes. Ordered by the House of Commons to be printed 10 May 2004. Hc 23-I., 2004, p.54. Disponível em: < <https://publications.parliament.uk/pa/cm200304/cmselect/cmhealth/23/23.pdf> >. Acesso em: 12 mai. 2019. p.54.

⁹⁷¹ SWINBURN, B.; EGGER, G. Analyzing and influencing obesogenic environments. *In*: BRAY, G.; BOUCHARD, C. (Eds). **Handbook of obesity: clinical applications**. 3rd edn. New York: Informa Health Care,

duradouros na transformação comportamental dos indivíduos, uma vez que se incorporam nas estruturas, nos sistemas e em normas socioculturais⁹⁷². Entretanto, há uma grande resistência na aprovação de medidas custo-efetivas por parte do poderoso *lobby* da indústria alimentícia e seus aliados contra a regulação governamental do mercado de alimentos.^{973 974}

O primeiro passo para viabilização de medidas de proteção é o reconhecimento da ameaça. Nesse sentido, esforços advindos da Organização Mundial da Saúde (para especificar os limites recomendados de ingestão de nutrientes críticos e explicar sua correlação com obesidade) e da OPAS (por meio do desenvolvimento de um modelo de perfil de nutrientes para qualificar os produtos alimentícios com excesso de gorduras, açúcar e sódio e presença de edulcorantes) formam as bases para uma identificação mais clara dos “alimentos não saudáveis” para fins de medidas regulatórias de proteção à saúde, e para o progressivo reconhecimento social acerca da potencial nocividade desses produtos. Destacamos a importância do Modelo de Perfil de Nutrientes da OPAS, e aqui reforçamos nossa **primeira recomendação aos decisores políticos e formuladores de políticas públicas**: utilizá-lo como base de identificação dos produtos cujas práticas comerciais pretende-se regular. Por fundamentar-se em consistente evidência científica, esse modelo de perfil de nutrientes traz bases sólidas para justificativa da necessidade e relevância da medida regulatória de saúde sobre as práticas comerciais dos produtos que nele se enquadram.

Adentramos então na Parte II do trabalho, almejando identificar as principais medidas custo-efetivas recomendadas por organismos internacionais de saúde para prevenção da obesidade infantil dentro do escopo de promover a redução de demanda por produtos alimentícios não saudáveis. Partimos do referencial teórico que aponta quatro medidas regulatórias como mais custo-efetivas para evitar perdas em anos de vida saudável: (1) regulação da publicidade de alimentos; (2) medidas fiscais; (3) rotulagem de alimentos; (4)

p. 177–93, 2008. apud SWINBURN, B.A., et al. op. cit., 2011, p.810.

⁹⁷² SWINBURG, B.; EGGER, G.; RAZA, F. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. **Prevent. Med.**, v. 29, p. 563-570, 1999.

⁹⁷³ CORPORATE EUROPE OBSERVATORY. **A red light for consumer information**: the food industry’s €1-billion campaign to block health warnings on food. Brussels: Corporate Europe Observatory, 2010. apud SWINBURN, B.A., et al. op. cit., 2011, p.810.

⁹⁷⁴ BROWNELL, K.D.; WARNER, K.E. The perils of ignoring history: big tobacco played dirty and millions died. How similar is Big Food? **Milbank Q.**, v. 87, p. 259–94, 2009. apud SWINBURN, B.A., et al. op. cit., 2011, p.810.

intervenções no ambiente escolar. Então, realizamos uma revisão dos principais documentos sobre prevenção da obesidade e DCNTs correlacionadas expedidos pela OMS e da OPAS, no sentido de verificar as recomendações mais recorrentes direcionadas aos Estados para promoção da redução da demanda por alimentos não saudáveis.

Interessante notar que a revisão documental confirmou o reconhecimento por parte dos organismos internacionais de saúde sobre o papel dos governos em atuar em prol da prevenção da obesidade com um papel ativo na formulação de políticas públicas, legislativas, regulatórias e fiscais tendo em vista a redução do consumo de alimentos não saudáveis. Para tanto, as estratégias regulatórias devem visar preço, *marketing*, disponibilidade e acessibilidade desses produtos alimentícios. Além disso, a provisão de informação adequada é essencial para promoção de escolhas saudáveis. Nesse sentido, e visando a proteção prioritária do público infantil, as recomendações centram-se em: favorecer a alimentação saudável nas escolas e outros ambientes frequentados por crianças e limitar a disponibilidade de produtos com alto teor de sódio, açúcar e gordura nesses espaços; reduzir a exposição das crianças à técnicas de promoção, publicidade e *marketing* de produtos alimentícios não saudáveis, incluindo por meio de legislação/regulação para restringir o *marketing* direcionado à criança; adoção de medidas fiscais e tributos específicos sobre bebidas açucaradas para elevar o preço e desestimular o consumo de alimentos menos saudáveis; adoção de regras de rotulagem frontal de alimentos para alertar de forma clara e inequívoca sobre a alta presença de nutrientes críticos. Tais disposições foram sistematizadas em um quadro-resumo⁹⁷⁵, apontando o documento analisado, ano, organização e dispositivos que mencionam um dos quatro-eixos de medidas regulatórias a serem tomadas pelos Estados. Nossa expectativa, ao realizar essa sistematização é de prover uma ferramenta que facilite a localização das fontes de recomendações e compromissos internacionais sobre as quatro vertentes regulatórias em destaque.

Trouxemos comentários acerca da força jurídica dos documentos analisados, apontando-os como expressões de *soft law* que servem como guias para atuação dos Estados Membros da OMS e OPAS. Aqui, destacamos uma **segunda recomendação aos decisores políticos, operadores do direito e pesquisadores**: dedicar atenção e esforços para criação de

⁹⁷⁵ Quadro-resumo das recomendações disponível no ponto 5.3 desse trabalho.

um Tratado, nos moldes da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco para regular a atividade mercadológica que promove a demanda por produtos alimentícios não saudáveis. Esse seria um instrumento internacional vinculante suficientemente forte para regular os “vetores comerciais” da obesidade, à exemplo do histórico do controle do tabaco. Ainda na Parte II desse trabalho, reunimos algumas conclusões de evidências científicas sobre medidas regulatórias nos eixos de rotulagem; ambiente alimentar escolar; *marketing*; e tributação de bebidas açucaradas, de forma a esclarecermos a necessidade e adequação das propostas em tela.

Em um terceiro momento dessa pesquisa, já na Parte III, partimos para a investigação sobre como direitos e deveres implicam na função do Estado de implementar medidas de prevenção da obesidade infantil com enfoque em desestimular a demanda por alimentos não saudáveis. Em primeiro lugar, essas obrigações não nascem do nada, mas são geradas por uma sociedade reflexiva que encara a produção social de riscos, e a partir do seu reconhecimento, demanda pactos de segurança com o Estado. Ao olharmos o histórico do poder de polícia do Estado sobre gêneros alimentícios vemos que a provisão de segurança sempre esteve presente como atividade precípua do Estado. Com a evolução tecnológica e o avanço da ciência, novos riscos impulsionam uma revisão das tarefas do Estado em mitigá-los. Isso é reforçado por obrigações emergentes de proteção à direitos humanos e fundamentais, em particular, do marco jurídico de proteção à criança. Dele emergem obrigações de estabelecer medidas legislativas e administrativas para proteção do melhor interesse da criança, e criação de um marco jurídico que imponha limites e deveres a certos atores, como às empresas, para que se restrinja condutas violadoras dos direitos das crianças. Isso se materializa na consecução das medidas regulatórias em destaque nesse trabalho. Tal conclusão é extraída da revisão de diversos documentos do marco internacional de direitos humanos, tais quais das Observações Gerais do Comitê de Direito das Crianças das Nações Unidas ou do Relatório do relator especial sobre o direito ao gozo do mais alto nível possível de saúde física e mental.

Sustentamos que a legislação interna fundamenta e reitera o dever do Estado de estabelecer medidas legislativas, administrativas e fiscais para redução do risco de doenças e outros agravos na população, com absoluta prioridade às crianças e adolescentes, alicerçado nas previsões constitucionais de direito à saúde, alimentação e defesa da criança e do consumidor.

Ao deter o olhar sobre a legislação consumerista, sustentamos que os produtos alimentícios ultraprocessados com altas quantidades de açúcar, gordura e sódio, enquadram-se na previsão dada pelo art. 9º do CDC aos produtos potencialmente nocivos, que gerariam o dever do fornecedor de informar de maneira ostensiva e adequada sobre os riscos potenciais de consumo do produto. Aqui registramos uma **terceira recomendação emergente desse trabalho direcionada aos acadêmicos das áreas jurídicas e de nutrição**: expandir a produção acadêmica interdisciplinar para o reconhecimento jurídico da nocividade dos produtos alimentícios ultraprocessados e suas práticas comerciais. Esse reconhecimento é um ponto-chave para sustentar não só o dever do Estado em regular as informações providas na rotulagem e publicidade desses alimentos, como também para responsabilizar as empresas alimentícias pelo descumprimento do dever de informar com base na já existente legislação consumerista.

No debate acerca dos limites do Estado em intervir na ordem econômica, fundado no princípio da livre-iniciativa, trouxemos considerações acerca da finalidade da atividade econômica comprometida com a dignidade humana e justiça social, e por isso, sujeita a ser ordenada para que opere em harmonia com os direitos fundamentais. Apoiada na avaliação da proporcionalidade, as medidas regulatórias em comento não são impossibilitadas por um suposto direito absoluto que limite *à priori* tal regulação. Tão pouco ferem a liberdade individual ou autonomia, pois direcionadas a corrigir práticas abusivas do poder econômico, ou a criar ambientes mais amigáveis para escolhas saudáveis, não implicando em imposição de condutas a indivíduos.

Dedicamos esforços para trazer um panorama da situação e possibilidade jurídica das quatro medidas recomendadas no ordenamento nacional. No âmbito da regulação da publicidade de alimentos, identificamos forte aparato jurídico na legislação consumerista para proteção à criança da publicidade abusiva, entretanto apontamos que o ordenamento jurídico brasileiro carece, todavia, de uma legislação cogente que guie as práticas mercadológicas de forma a oferecer ampla proteção ao consumidor e à criança quanto ao estímulo nocivo ao consumo de alimentos associados à epidemia de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis. Aqui, retomamos nossa primeira recomendação dessa conclusão final: utilizar-se do modelo de perfil de nutrientes para identificar os alimentos potencialmente nocivos e trazer regras específicas sobre a comunicação mercadológica dos mesmos, seja pela previsão

de avisos de alerta, seja pela proibição legislativa de estratégias de direcionamento ao público infantil.

No que tange as medidas regulatórias de restrição à alimentos não saudáveis em escolas, à despeito de previsões no âmbito do PNAE, o Brasil ainda não conta com legislação de abrangência federal para regular os alimentos vendidos, oferecidos e promovidos em escolas públicas e privadas. Por sua vez, no caso da tributação de bebidas açucaradas com o objetivo de elevação do preço final ao consumidor, comentamos duas possibilidades jurídicas: da medida ser realizada por meio de elevação do IPI e/ou por meio de CIDE específica. Entretanto, hoje o Brasil não só não conta com tal medida, como beneficia por meio de bilionárias renúncias fiscais os setores de produção de refrigerantes. Reforçamos que estudos mais aprofundados devem ser dedicados a esse tópico para explorar mecanismos possíveis de tributação. No caso da regulação da rotulagem frontal de alimentos para que alertem de forma clara e adequada sobre as alta presença de nutrientes críticos, apesar de forte respaldo na legislação consumerista e sanitária, até o momento de fechamento da tese, nenhuma medida fora tomada pelo Estado brasileiro. Notamos também que não há impedimento fundado em normas de comércio internacional para tal inércia na adoção de rotulagem frontal de alimentos no âmbito nacional.

Por fim, nossa jornada adentrou o “caminho do possível” ao realizar um mapeamento normativo estrangeiro, centrado no continente americano, de experiências regulatórias para restrição de alimentos não saudáveis no ambiente escolar; regulação da publicidade de alimentos; tributação de bebidas açucaradas e regulação da rotulagem frontal de alimentos. Identificamos e revisamos 40 normas de 18 países do continente americano e apontamos suas fortalezas e debilidades na conclusão da Parte III. Uma descrição mais detalhada foi realizada em relação a legislação do Chile por apresentar uma ampla gama de medidas (rotulagem frontal, ambiente alimentar escolar, publicidade e medidas educativas), que, conjuntamente, apoiam-se para proteger a saúde da criança, sendo muito claro o intuito de favorecer escolhas informadas e de desestimular o consumo de alimentos com alto conteúdo de calorias, gorduras saturadas, açúcar e sódio. O mapeamento normativo estrangeiro põe em perspectiva as diversas formas e possibilidades de atuação do Estado em atenção aos compromissos e recomendações de prevenção da obesidade infantil. Tal mapeamento, em face do estudo sobre a possibilidade e situação normativa das referidas medidas no universo brasileiro, nos leva a

concluir que apesar existir base jurídica para implicar o dever do Estado de implementar tais medidas no território nacional, o Estado Brasileiro está frustrando tal dever, ainda aquém das recomendações e compromissos assumidos para proteção prioritária da saúde da criança. Nesse sentido, trazemos uma **quarta recomendação direcionada a acadêmicos pesquisadores da área de direitos humanos**: aprofundar estudos e teses sobre a responsabilização do Estado Brasileiro no sistema de direitos humanos internacional pela possível inércia na obrigação de regular o mercado de alimentos, tendo em vista a prevenção da obesidade infantil. Certamente, um passo seguinte à presente pesquisa seria o de trazer esclarecimentos sobre os instrumentos possíveis de exigibilidade ao dever do Estado de regular o mercado de alimentos não saudáveis tendo em vista a prevenção da obesidade infantil.

Não podemos deixar de anotar os desafios para o avanço nessa agenda. É fácil e confortável para governos desviarem de ações que impliquem em embates com o setor privado optando tratar do tema da prevenção da obesidade infantil por vias unicamente centradas na educação e promoção de atividade física, como já dito. Entretanto, essa pesquisa demonstra que não será possível conter esse problema se os vetores comerciais continuarem a fomentar os ambientes obesogênicos. Para que sejam sustentáveis, as medidas devem necessariamente endereçar os fatores comerciais de estímulo à alimentação inadequada. Argumentos econômicos tem o condão de reforçar essa abordagem, na medida que os custos da obesidade e de DCNTs correlacionadas geram prejuízos que superam as benesses da lucratividade concentrada do setor alimentício de ultraprocessados. Aqui registramos nossa **quinta recomendação voltada à comunidade acadêmica interdisciplinar das ciências jurídicas, sociais e de saúde**: ampliar os estudos que evidenciam as práticas empresariais de sabotagem dos processos regulatórios, e desenvolver teses de responsabilização das empresas por infrações à direitos humanos por práticas comerciais promotoras de obesidade de DCNTs correlacionadas.

Esperamos que as ideias e dados trazidos nesse trabalho possam inspirar a produção acadêmica interdisciplinar nacional no sentido de reforçar as exigências para atuação Estatal e demonstrar caminhos regulatórios possíveis. Em especial, visamos ter trazido um diálogo inovador aos operadores do direito, que vezes se verão diante de uma decisão judicial ou da defesa de um caso que toca a disputa entre interesses econômicos e a defesa da saúde pública.

Por fim, na esperança de ter trazido esclarecimentos aos decisores políticos das diversas esferas e níveis de poder do Estado, registramos nossos votos de que as letras trazidas nesse trabalho nutram sua atuação em prol da defesa do direito à saúde, à alimentação e direitos das crianças.

BIBLIOGRAFIA

ABERT. **Nota pública – publicidade infantil. 7 de abril de 2014.** Disponível em: <<http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/22580-nota-publica-publicidade-infantil>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

ABRASCO. Nota de apoio ao Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição em Saúde (NUPENS/USP) frente às tentativas de desqualificação acadêmica da classificação de alimentos NOVA. Disponível em: < <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/notas-oficiais-abrasco/apoio-nupens/32245/> >. Acesso em: 1 Mai 2019

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais.** Tradução Virgílio Afonso da Silva. 2a edição, 4a tiragem. Malheiros Editores, 2008.

ANDREOTTI, Paulo Antonio Brizzi; VITA, Jonathan Barros. **CIDE combustível: reflexes após a ADI 2925/DF.** Disponível em: < <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a16f3a5bda35f1de> >. Acesso em: 20 out. 2019.

ANDREOTTI, Paulo Antonio Brizzi; VITA, Jonathan Barros. **CIDE combustível: reflexes após a ADI 2925/DF.** Disponível em: < <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a16f3a5bda35f1de> >. Acesso em: 20 out. 2019.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Codex Alimentarius.** [internet]. 16 set. 2016. Disponível em: < <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388701/Codex+Alimentarius/10d276cf-99d0-47c1-80a5-14de564aa6d3> >. Acesso em: 5 dez. 2019

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência-Geral de Alimentos. **Relatório de Análise de Impacto Regulatório sobre Rotulagem Nutricional.** Brasília, setembro, 2019.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência-Geral de Alimentos. **Relatório Preliminar de Análise de Impacto Regulatório sobre Rotulagem Nutricional.** Brasília, maio, 2018.

ARGENTINA. Ley 23396 - Prevención y control de los trastornos alimentarios. Disponível em: < <http://test.e-legis-ar.msal.gov.ar/leisref/public/showAct.php?id=11533#> >. Acesso em: 2 nov. 2019.

ARGENTINA. [Ley 23396](#) de 02.09.2008 - Prevención y control de los trastornos alimentarios. Disponível em: <<http://test.e-legis-ar.msal.gov.ar/leisref/public/showAct.php?id=11533#>> . Acesso em: 2 nov. 2019.

ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário.** 3a Ed. Saraiva, São Paulo, 2008.

BAHIA, Luciana; ARAÚJO, Denizar Vianna. Impacto econômico da obesidade no Brasil. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 13, n. 1, 2014.

BARBADOS. Budgetary Proposals 2015. Disponível em: <
<https://www.barbadosparliament.com/uploads/document/d1efb84aac6a7abe4c6c0efcf8ceedd2.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Tradução de Jorge Navarro. Barcelona”. Paidós, 1998.

BERMUDA. Customs Tariffs Amendment (No 2) Act 2018. Disponível em: <
[http://www.bermulaws.bm/laws/Annual Laws/2018/Acts/Customs Tariff Amendment \(No. 2\) Act 2018.pdf](http://www.bermulaws.bm/laws/Annual Laws/2018/Acts/Customs Tariff Amendment (No. 2) Act 2018.pdf)> . Acesso em: 2 nov. 2019.

BLOCH, Katia Vergetti. et. al. ERICA: prevalências de hipertensão arterial e obesidade em adolescentes brasileiros. **Rev Saude Publica**, 50, supl 1, 2016.

BOLÍVIA. Ley N° 775 de 08 de enero de 2016 - Ley de Promoción de Alimentación Saludable. Disponível em: <
https://www.paho.org/bol/index.php?option=com_docman&view=download&alias=74-ley-de-promocion-de-alimentacion-saludable&category_slug=legislation-and-policies&Itemid=1094> . Acesso em: 2 nov. 2019.

BRASIL. ANVISA. Gerência-Geral de Alimentos. **Relatório Preliminar de Análise de Impacto Regulatório sobre Rotulagem Nutricional**. Maio de 2018. Documento SEI nº 0215174.

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor**. Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990.

BRASIL. CONANDA – CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Resolução n. 163 de 13/03/2014**:

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988

BRASIL. **Decreto n. 8.950 de 29 de dezembro de 2016**. Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8950.htm> . Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL. **Decreto N. 9.349 de 30 de maio de 2018**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9394.htm>. Acesso em 21 out. 2019.

BRASIL. **Decreto N. 9.897 de 1o de julho de 2019**. Disponível em: <
<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/decreto-9897-2019.htm>>. Acesso em 21 out. 2019

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília:

Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2006**. Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília, DF 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **VIGITEL Brasil 2013: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2018**. Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília, DF 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**. Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil. Rio de Janeiro 2010.

BRASIL. Resolução CD/FNDE n.26/2013. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

BRAZELTON, T.B., GREESPAN, S.I.. **As necessidades essenciais das crianças: o que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver**. Porto Alegre: Artmed; 2002.

BURITY, Valéria *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2010.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios**. Brasília, DF: CAISAN, 2014.

CANELLA, D.S.; LEVY, R.B.; MARTINS, A.P.; CLARO, R.M.; MOUBARAC, J.C.; BARALDI, L.G.; et al. Ultraprocessed food products and obesity in Brazilian households (2008–2009). **PLoS One**. v. 9, n.3, 2014.

Carta à Sociedade Brasileira em Defesa da Regulamentação da Publicidade de Alimentos Não Saudáveis como Direito de Cidadania. Disponível em: <http://www.idec.org.br/pdf/apoio_publicidade_alimentos_final_nov.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley. A Rotulagem dos Alimentos Geneticamente Modificados e o Direito à Informação do Consumidor. *In*: PAESANI, Liliana Minardi. (coordenadora). **O direito na sociedade de informação**. São Paulo: Atlas, 2007.

CEFP – Centro de Estudios de las Finanzas Públicas. *Medidas Fiscales y extra fiscales para contrarrestar el consume de bebidas saborizadas en México*. Nota informativa notacefp/014/2015. 27 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.cefp.gob.mx/publicaciones/nota/2015/abril/notacefp0142015.pdf>>. Acesso em 2 de novembro de 2019.

CENTER FOR SCIENCE IN THE PUBLIC INTEREST. Big soda vs. public health: how the industry opens its checkbook to defeat health measures. 2015. Disponível em: <<https://cspinet.org/new/pdf/big-soda-vs-public-health-report.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2019

CECCHINI, Michele et al. Tackling of unhealthy diets, physical inactivity, and obesity: health effects and cost-effectiveness. *Chronic Diseases: Chronic Diseases and Development* 3. **The Lancet**, Vol. 376, November 20, 2010.

CHAN, M. **WHO Director-General addresses health promotion conference**. Genebra: OMS; 2013.

CHILE. Decreto 977 – Reglamento Sanitário de los Alimentos. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=71271>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

CHILE. Ley 20.606 – sobre composición nutricional de los alimentos y su publicidad. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1041570>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

CHILE. Ley No 20.780 – Circular #51. Disponível em: <<http://www.sii.cl/documentos/circulares/2014/circu51.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

CHILE. Ley No 20.869 – sobre publicidad de los alimentos. Disponível em: <<http://bcn.cl/1vge2>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

CHOPRA, M.; DARNTON-HILL, I. Tobacco and obesity epidemics: not so different after all? **BMJ**, v. 328, n. 26, p. 1558-1560, 2004.

CODEX ALIMENTARIUS. **Codex General Guidelines on Claims**. CAC/GL 1-1979 (Rev. 1-1991). Disponível em: <<http://www.fao.org/3/y2770e/y2770e05.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

CODEX ALIMENTARIUS. **Guidelines on nutrition Labelling** (CAC/GL 2-1985). FAO; WHO. Adopted in 1985. Revised in 1993 and 2011. Amended in 2003, 2006, 2009, 2010, 2012, 2013, 2015, 2016 and 2017. ANNEX adopted in 2011. Revised in 2013, 2015, 2016 and 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/thematic-areas/nutrition-labelling/en/>>. Acesso em 7 dez. 2019.

COLÔMBIA. Ley 1335 de 2009. Disponível em: <<https://docs.colombia.justia.com/nacionales/leyes/ley-1355-de-2009.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE AUTORREGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA. **Relatório**

de 12 de junho de 2011. Relator Ênio Basílio Rodrigo. Representação N. 085/11. Disponível em: <http://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2014/07/ArcosDouradosRio_Decisao_2014.pdf>. Acesso em 24 de novembro de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Recomendação n. 21 de 9 de junho de 2017.** Disponível em: < <http://www.conselho.saude.gov.br/recomendacoes/2017/Reco021.pdf>>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

CONTRÓ, Mónica Gonzales; PLA, Issa Luna. **Los derechos de los niños e niñas en México frente al ambiente obesogénico.** Universidad Nacional Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Jurídicas. Editorial Flores. México, 2016.

COSTA RICA. Decreto Ejecutivo 36910-MEP-S del 22/11/2011. Disponível em: < <https://www.mep.go.cr/sites/default/files/page/adjuntos/reglamento-vigente-2013.pdf> >. Acesso em: 2 nov. 2019.

COSTA RICA. Decreto Ejecutivo N. 37869-MEP-S: reforma el reglamento para el funcionamiento y administración del servicio de soda en los centros educativos públicos. Disponível em: < http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?param_1=NRTC&nValor1=1&nValor2=75439&nValor3=93561&strTipM=TC >. Acesso em: 2 nov. 2019.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Constituição e constituinte.** 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado.** 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

DALLARI, Sueli Gandolfi; NUNES JR, Vidal Serrano. **Direito Sanitário.** Editora Verbatim, São Paulo, 2010.

DÂMASO, Ana R.; TEIXEIRA, Luzimar R.; CURI, Claudia. Atividades Motoras na Obesidade. Pg. 121. In: FISBERG, Mauro. **Atualização em obesidade na infância e adolescência.** São Paulo: Editora Atheneu, 2004.

DE OLIVEIRA, Michele Lessa.; SANTOS, Leonor M.P.; SILVA, Everton N. Direct Healthcare Cost of Obesity in Brazil: An Application of the Costof-Illness Method from the Perspective of the Public Health System in 2011. **PLoS One**, 1 Abr 2015; 10(4): e0121160.

DE VOGLI, R.; KOUVONEN, A.; GIMENO, D. The influence of market deregulation on fast food consumption and body mass index: a cross-national time series analysis. **Bull World Health Organ.** v. 92, issue 2, p. 99-107, 2014.

DEVAUX, Marion; FRANCO, Sassi. **The Labour Market Impacts of Obesity, Smoking, Alcohol Use and Related Chronic Diseases** [DELSA/HEA/WD/HWP(2015)9]. OECD Health Working Papers No. 86. Paris: OECD Publishing, 2015.

DOMINICA. Excise tax (amendment) S.R.O Commonwealth of Dominica Statutory Rules and Order n. 28 of 2015. Order made by the Minister under section4(5) of the Excise Tax Act 2005 (Act N.8 de 2005). Disponível em: < [http://www.dominica.gov.dm/laws/2015/Excise Tax \(Amd\) Order, 2015.pdf](http://www.dominica.gov.dm/laws/2015/Excise%20Tax%20(Amd)%20Order,%202015.pdf) >. Acesso em: 2 nov. 2019.

DORFMAN, Lori et al.. Soda and tobacco industry corporate social responsibility campaigns: how do they compare?. **PLOS Medicine**, vol. 9, nº 6, 2012.

DUPAS, Gilberto. Tensões contemporâneas entre o público e o privado. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

EAGLE, T.F.; SHEETZ, A.; GURM R., et al. Understanding childhood obesity in America: linkages between household income, community resources, and children's behaviors. **Am Heart J.**, v. 163(5), p. 836-843, 2012.

EL SALVADOR. Acuerdo N. 15-0733 de 15 de junio de 2017 – Normativa de Tiendas y Cafetines Escolares. Disponível em: < <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/els173856.pdf> >. Acesso em: 2 nov. 2019.

EL SALVADOR. Decreto No 917 - Ley General de Educación. Disponível em: < https://www.asamblea.gob.sv/sites/default/files/documents/decretos/171117_072916405_archivo_documento_legislativo.pdf >. Acesso em: 2 nov. 2019.

EQUADOR. Acuerdo Interministerial No 0005-14, Registro Oficial No.232 24 de abril de 2014. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/els173856.pdf> . Acesso em: 2 nov. 2019.

EQUADOR. Acuerdo No. 00004522 - Reglamento Sanitário de Etiquetado de alimentos procesados para el Consumo Humano. Disponível em: < <https://www.controlsanitario.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/08/REGLAMENTO-SANITARIO-DE-ETIQUETADO-DE-ALIMENTOS-PROCESADOS-PARA-EL-CONSUMO-HUMANO-junio-2014.pdf> > . Acesso em: 2 nov. 2019.

EQUADOR. Ley Orgánica del Regimen de la Soberanía Alimentaria. Disponível em: < <https://www.soberaniaalimentaria.gob.ec/pacha/wp-content/uploads/2011/04/LORSA.pdf> >. Acesso em: 2 nov. 2019.

EQUADOR. Ley Organica para el equilibrio de las finanzas publicas – Suplemento – Registro Oficial No 744. Disponível em: < <https://www.eltelegrafo.com.ec/images/cms/Leyes-y-decretos/documentos/Ley-Organica-para-el-Equilibrio-de-las-Finanzas-Publicas.pdf> > . Acesso em: 2 nov. 2019.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. National School Lunch Program and School Breakfast Program: Nutrition Standards for All Foods Sold in School as Required by the Healthy, HungerFree Kids Act of 2010. Disponível em: <<https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2016-07-29/pdf/2016-17227.pdf> > . Acesso em: 2 nov. 2019.

EXAME. **Decreto da Zona Franca gera prejuízo de R\$500 mil por dia, diz indústria.** 2 de julho de 2019. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/economia/decreto-sobre-zona-franca-gera-prejuizo-de-r500-mil-por-dia-diz-industria/>>. Acesso em: 22 out. 2019.

FAO, Plan de Acción de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación, párr. 1 (1996). Disponível em: < http://www.fao.org/wfs/index_es.htm>. Acesso em 7 dez. 2019.

FEDERAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIEDADES DE OBESIDADE – FLASO. **Consenso Latino-Americano de Obesidade.** Arq Bras Endocrinol Metab, v. 43, n. 1, fev, 1999.

FERRAZ, Mariana de Araujo. **Direito Humano à Alimentação e Sustentabilidade no sistema Alimentar.** Editora Paulinas, São Paulo, 2017.

FISBERG, Mauro. **Atualização em obesidade na infância e adolescência.** São Paulo: Editora Atheneu, 2004.

FISCHER, Erika. **Alimentação escolar brasileira: percursos e desafios.** Relatório final. (online). Disponível em: < https://alimentacaosaudavel.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Relat%C3%B3rio-Alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-brasileira_-percursos-e-desafios_Erika-Fischer_rev09_maio_2018-4-1.pdf> . Acesso em 18 out. 2019.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION. **Fats and fatty acids in human nutrition.** Report of an expert consultation. Roma: FAO; 2010. (Documento de Alimentação e Nutrição nº 91). Disponível em inglês em: < http://www.who.int/nutrition/publications/nutrientrequirements/fatsandfattyacids_humannutrition/en/> . Acesso em: 1 dez. 2019.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de Março de 1976. In: _____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, p. 285-315, 2005.

GARDUÑO-ESPINOSA, Juan; et. al. Una mirada desde los servicios de salud a la nutrición de la niñez mexicana. III. Carga económica y en salud de la obesidad en niños mexicanos. Proyecciones de largo plazo. **Bol. Med. Hosp. Infant.**, México, v. 65, n. 1, ene./feb., 2008.

GIBNEY, M.J.; FORDE, C.G.; MULLALLY, D.; GIBNEY, E.R.. Ultra-processed foods in human health: a critical appraisal. **Am J Clin Nutr** . 106, p. 717-724, 2017.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In Giddens, A., Beck, U. e Lash, S. **Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Editora Unesp, p. 73-133, 1997.

GLOBAL FOOD RESEARCH PROGRAM AT UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA AT CHAPEL HILL. **Sugary Drink Taxes around the World.** May, 2019. Disponível online em: < <http://globalfoodresearchprogram.web.unc.edu/multi-country-initiative/resources/>>. Acesso em: 13 Ago 2019.

GLOBAL FOOD RESEARCH PROGRAM AT UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA AT CHAPEL HILL. **Marketing Unhealthy Foods to Kids – Why Regulation is Critical to Reducing Obesity.** December, 2016. Disponível online em: <<http://globalfoodresearchprogram.web.unc.edu/multi-country-initiative/resources/>>. Acesso em: 13 Ago 2019.

GLOBAL FOOD RESEARCH PROGRAM UNIVERSITY OF NORTH CAROLINE AT CHAPEL HILL. **Front-of-Package (FOP) Food Labeling: Empowering Consumers to Make Healthy Choices.** Updated in March 7, 2019.

GLOBAL FOOD RESEARCH PROGRAM UNIVERSITY OF NORTH CAROLINE AT CHAPEL HILL. **Fighting Childhood Obesity with Healthy School Food Environments.** September, 2018. Disponível em: <<http://globalfoodresearchprogram.web.unc.edu/multi-country-initiative/resources/>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

GOMES, Fabio da Silva; FERRAZ, Mariana de Araujo; JOHNS, Paula. **Histórico das indústrias de tabaco e de alimentos ultra-processados como vetores de doenças: lições aprendidas e estratégias de enfrentamento convergentes.** Artigo elaborado para o evento Infância e Comunicação: Marcos Legais e Políticas Públicas, promovido pela ANDI em 5 de março de 2013, no Congresso Nacional. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/arquivo/790_Artigo_tabaco_alimentos.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019

GOMES, Fabio da Silva; LOBSTEIN, Tim. Food and beverage transnational corporations and nutrition policy. **Journal SCN News**, Geneva, Switzerland, n. 39, p. 57-65, 2011.

GONÇALVES, Tamara Amoroso. O caso brasileiro. In: HENRIQUES, Isabella. **Publicidade de Alimentos e crianças: regulação no Brasil e no mundo.** São Paulo: Saraiva, 2013.

GRINOVER, Ada Pellegrini (et. al). **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto.** 7 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.

GROVER, Anand. **Report of the Special Rapporteur on the right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health, Anand Grover: unhealthy foods, non-communicable diseases and the right to health (A/HRC/26/31).** Human Rights Council, Twenty-sixth session. United Nations, General Assembly, 1 April 2014.

GUATEMALA. Decreto No 16-2017 – Ley de Alimentación Escolar. Disponível em: <<https://leyesdeguatemala.files.wordpress.com/2017/11/d16-2017-ley-de-alimentac3b3n-escolar.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

GUO, S.S.; ROCHE, A.F.; CHUMLEA, W.C.; GARDNER J.D.; SIERVOGEL R.M.. The predictive value of childhood body mass index values for overweight at age 35 y. **Am J Clin Nutr.**, v. 59, n. 4, p. 810-819, 1994.

HALL, Kevin D. et al. Ultra-processed Diets Cause Excess Calorie Intake and Weight Gain: A

One-month Inpatient Randomized Controlled Trial of Ad Libitum Food Intake. **Cell Metab.** V. 30, n. 1, p. 67-77, 2019.

HARTUNG, Pedro Affonso Duarte. O Conar e a autorregulamentação publicitária no Brasil. In: HENRIQUES, Isabella; VIVARTA, Veet (orgs.). **A autorregulação da publicidade infantil no Brasil e no mundo**. São Paulo: Editora Verbatim: Instituto Alana, 2017, p.67-97.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Ed. Martin Claret, São Paulo, 2006.

HOUSE OF COMMONS. HEALTH COMMITTEE. **Obesity – Third Report of Session 2003-04**. Volume I. Report, together with formal minutes. Ordered by the House of Commons to be printed 10 May 2004. Hc 23-I., 2004. Disponível em: < <https://publications.parliament.uk/pa/cm200304/cmselect/cmhealth/23/23.pdf> >. Acesso em: 12 mai. 2019.

HTENAS, Aira Maria; TANIMICHI-HOBERG, Yurie; BROWN, Lynn. **An overview of links between obesity and food systems: implications for the agriculture GP agenda**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/222101499437276873/An-overview-of-links-between-obesity-and-food-systems-implications-for-the-agriculture-GP-agenda>> . Acesso em: 22.Abr.2019

IANNI, Aurea Maria Zöllner. Saúde Pública e Sociedade de Risco. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 38-48, nov.2007/Fev.2008.

INCA. Instituto Nacional de Câncer. Ministério da Saúde. **Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca do Sobrepeso e Obesidade**. 2017. Disponível em: < http://criancaconsumo.org.br/wp-content/uploads/2014/02/posicionamento_inca_sobrepeso_obesidade_2017-1.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

INSTITUTO ALANA. CRIANÇA E CONSUMO. **Entenda a resolução que define a abusividade da publicidade infantil** (Notícias). [Online]. Publicado em 17/04/2014. Disponível em: < <http://criancaconsumo.org.br/noticias/entenda-a-resolucao-que-define-a-abusividade-da-publicidade-infantil/>>. Acesso em: 13 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - IDEC. **Direito sem Ruído – A histórica decisão do STJ sobre publicidade de alimentos dirigida à criança**. Publicado em abril de 2017. Disponível em: < <https://idec.org.br/publicacao/direito-sem-ruído-historica-decisao-do-stj-sobre-publicidade-de-alimentos-dirigida>>. Acesso em: 13 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas**. Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013: ciclos de vida - Brasil e grandes regiões**. IBGE, Coordenação de Trabalho e

Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

JEFFERY, R.W.; BAXTER, J.; MCGUIRE, M.; LINDE, J. Are fast food restaurants an environmental risk factor for obesity?. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 3, n. 2, 2006.

JOHNS, Paula; CRUZ, Joana Indjaian. **Subsídios fiscais para bebidas açucaradas e o direito à saúde**. Artigo. Gazeta do Povo. 15.08.2018. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/subsidios-fiscais-para-bebidas-acucaradas-e-a-direito-a-saude-7bughz4z6b4mcqotutzksrjua/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

KARAGEORGIADIS, Ekaterine. Autorregulação publicitária das empresas do setor alimentício no Brasil. In: HENRIQUES, Isabella; VIVARTA, Veet (orgs.). **A autorregulação da publicidade infantil no Brasil e no mundo**. São Paulo: Editora Verbatim: Instituto Alana, 2017, p.99-159.

KHANDPUR, N. et al. Are front-of-package warning labels more effective at communicating nutrition information than traffic-light labels? A randomized controlled experiment in a Brazilian sample. **Nutrients**, v. 10, n. 6, p. 688, 2018.

KICKBUSCH, I.; ALLEN, L.; FRANZ, C.. The commercial determinants of health. **Lancet Glob Health**. v. 4, n. 12, p. 895–6, 2016.

KNOX, J.H.. **Report of the independent expert on the issue of human rights obligations relating to the enjoyment of a safe, clean, healthy and sustainable environment**, submitted to the twenty-fifth session of the Human Rights Council. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 2013. Disponível em: <

https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session25/Documents/A-HRC-25-53_en.doc> . Acesso em: 28 setembro 2019.

KUCHLER F, GOLAN E. Is there a role for government in reducing the prevalence of overweight and obesity? **Choices**, Fall: p. 41–45, 2004. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/227364699_Is_There_a_Role_for_Government_in_Reducing_the_Prevalence_of_Overweight_and_Obesity> . Acesso em 13 dez. 2019.

KUDEL, Ian; et al. The Association between Body Mass Index and Health and Economic Outcomes in Brazil. **Diabetology & Metabolic Syndrome**. 10, n. 20, 2018. Disponível em: < <https://dmsjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13098-018-0322-9>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

KUMAR, Seema et al. Review of Childhood Obesity. **Mayo Clinic Proceedings** , Volume 92, Issue 2 , 2016.

LIPOVETSKY, Gilles. Tempo contra tempo, ou a sociedade hipermoderna. In: Lipovetsky, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo, Editora Barcarolla, 2004.

LOBSTEIN, Tim; JACKSON-LEACH, Rachel. Planning for the worst: estimates of obesity

and comorbidities in school-age children in 2025. **Pediatric obesity**. 11, p. 321-5, 2016.

LOUZADA, Maria Laura da Costa et al. **Alimentação e saúde: a fundamentação científica do guia alimentar para a população brasileira**. Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2019.

LUIZ, Olinda do Carmo; COHN, Amélia. Sociedade de risco e risco epidemiológico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n11/08.pdf> > . Acesso em: 7 dez. 2019.

MALTA, D.C.; FRANÇA, E.; ABREU, D.M.X. Mortalidade por doenças não transmissíveis no Brasil, 1990 a 2015, segundo estimativas do estudo de Carga Global de Doenças. Sao Paulo: Med J, v.135, n.3, p.213-221, 2017.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional**. 3. ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

MARINHO, Rodrigo César de Oliveira. **Contribuição de intervenção sobre o domínio econômico: Análise dos critérios de constitucionalidade, regra matriz de incidência e princípios constitucionais que moldam a competência para sua instituição**. Dissertação (Mestrado em Direito), PUC/SP. São Paulo, 2009.

MARTÍNEZ, Steele E.; BARALDI, L.G.; LOUZADA, M.L.D.C.; et al.. Ultra-processed foods and added sugars in the US diet: evidence from a nationally representative cross-sectional study. **BMJ Open**. v. 6, issue 3, 2016.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Overcoming obesity: An initial economic analysis**. Discussion paper. McKinsey & Company, November, 2014.

MEDAUAR, Odete. Poder de Polícia. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, n.199, p. 89-96, jan./mar. 1995.

MERCOSUL. **MERCOSUL/GMC/RES. N° 45/17**. Procedimentos para elaboração, revisão e revogação de Regulamentos Técnicos Mercosul e Procedimentos Mercosul de avaliação da conformidade. Disponível em: < http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/pdf/acordos/RES_045-2017_Revogacao_revisao_e_elaboracao_de_RTM_Mercosul.pdf > . Acesso em: 2 dez. 2019.

MERCOSUL. **Princípios no Mercosul para a Rotulagem Frontal de Alimentos com Conteúdo Excessivo de Gorduras, Sódio e Açúcares**. MERCOSUL/RMS/ACORDO n° 03/18. 2018.

MERCOSUL. **Recomendação de Políticas e Medidas Regulatórias para a Prevenção e Controle da Obesidade**. MERCOSUL/RMS/ACORDO n° 03/15. 2015.

MÉXICO. Acuerdo mediante el cual se establecen los lineamientos generales para el expendio y distribución de alimentos y bebidas preparados y procesados en las escuelas del Sistema Educativo Nacional. Disponível em: < http://www.dof.gob.mx/nota_detalle_popup.php?codigo=5344984 > . Acesso em: 2 nov. 2019.

MÉXICO. Ley del impuesto especial sobre producción y servicios. Disponível em: < https://www.sep.gob.mx/work/models/sep1/Resource/17e0fb21-14e1-4354-866e-6b13414e2e80/ley_impuesto_especial.pdf >. Acesso em: 2 nov. 2019.

MIALON, M.; SERÔDIO, P.; SCAGLIUSI, F.B. et al. Criticism of the NOVA classification: who are the protagonists. **World Nutrition**, v.9, n.3, p.176-240, 2018.

MIALON, M.; SWINBURN, B.; SACKS, G. A proposed approach to systematically identify and monitor the corporate political activity of the food industry with respect to public health using publicly available information. **Obesity Reviews**, v. 16, p. 519-530, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Regulamentação da Comercialização de Alimentos em Escolas no Brasil: Experiências estaduais e municipais**. Brasília – DF, 2007. Disponível em: < http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/regula_comerc_alim_escolas_exper_estaduais_municipais.pdf >. Acesso em: 18 out. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO vs. EMPRESA PANDURATA ALIMENTOS LTDA (Recurso Especial n. 1.558.086/SP)

MONTEIRO, C.A.; CONDE, W.L.; POPKIN, B.M. Income-specific trends in obesity in Brazil: 1975–2003. **Am J Public Health**. v. 97, p. 1808–12, 2007.

MONTEIRO, C.A.; CANNON, G.; LAWRENCE, M.; COSTA LOUZADA, M.L.; PEREIRA MACHADO. Ultra-processed foods, diet quality, and health using the NOVA classification system. Rome, **FAO**, 2019. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/ca5644en/ca5644en.pdf> >. Acesso em: 11 nov. 2019.

MONTEIRO, C.A.; MOUBARAC, J.-C.; CANNON, G. et al. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. **Obes Rev**, v.14, suppl.2, p.21s-28s, 2013.

MONTEIRO, Carlos A. et al.. Socioeconomic status and obesity in adult populations of developing countries: a review. **Boletín de la Organización Mundial de la Salud**, vol. 82, nº 12, p. 940-946, diciembre de 2004.

MONTEIRO, Carlos Augusto. The big issue is ultra-processing: the price and value of meals [Comentary]. **World Nutrition**, [S.l], v.2, n.6, p.271-282, 2011.

MOODIE, R. Profits and pandemics: prevention of harmful effects of tobacco, alcohol, and ultra-processed food and drink industries. **Lancet**, 381, p. 670–79, 2013.

MORGADO, Cíntia. **O direito administrativo do risco: a nova intervenção estatal sob o enfoque da segurança alimentar**. 1. Ed., Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

NACIONES UNIDAS. Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (CESCR) de las Naciones Unidas. **Observación general Nº 14 (2000) El derecho al disfrute del más alto nivel posible de salud (artículo 12 del Pacto Internacional de Derechos Económicos,**

Sociales y Culturales). Ginebra, 25 de abril a 12 de mayo de 2000.

NACIONES UNIDAS. Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, **Observación general Nº 14**, (E/C.12/2000/4). Ginebra, 11 ago. 2000, párr. 43 b).

NACIONES UNIDAS. COMITÉ DE LOS DERECHOS DEL NIÑO. **Observación general Nº 16 (2013) sobre las obligaciones del Estado en relación con el impacto del sector empresarial en los derechos del niño** (CRC/C/GC/16). Aprobada por el Comité en su 62º período de sesiones (14 de enero a 1 de febrero de 2013). Naciones Unidas, 17 de abril de 2013.

NACIONES UNIDAS. COMITÉ DE LOS DERECHOS DEL NIÑO. **Observación General Nº 15 sobre el derecho del niño al disfrute del más alto nivel posible de salud (artículo 24)** (CRC/C/GC/15). 17 de abril de 2013.

NACIONES UNIDAS. COMITÉ DE LOS DERECHOS DEL NIÑO. **Observación General Nº 4 (2003) La salud y el desarrollo de los adolescentes en el contexto de la Convención sobre los Derechos del Niño** (CRC/GC/2003/4). Naciones Unidas. 21 de julio de 2003.

NACIONES UNIDAS. CONSEJO DE DERECHOS HUMANOS. **Informe del Relator Especial sobre el derecho de toda persona al disfrute del más alto nivel posible de salud física y mental, Anand Grover - Los alimentos poco saludables, las enfermedades no transmisibles y el derecho a la salud. Naciones Unidas (A/HRC/26/31)**. Asamblea General. Español. 1 de abril de 2014.

NOTÍCIAS STF. **STF reconhece direito a creditamento de IPI de insumos da Zona Franca de Manaus**. 25 de abril de 2019 [online]. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=409481&caixaBusca=N>. Acesso em 21 de outubro de 2019.

NUNES JR, Vidal Serrano; SOUZA, Adriana Cerqueira de. A discussão legal da publicidade comercial dirigida ao público infantil. In: FONTENELLE, Lais (org.). **Criança e Consumo 10 anos de transformação**. São Paulo: Instituto Alana, 2016.

NUNES, Rizzato. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 2a Ed. , Editora Saraiva, 2005.

O JOIO E O TRIGO. **O começo do fim da farra da indústria de refrigerantes. Ou não**. 4 de junho de 2018. [online]. Disponível em: <https://outraspalavras.net/ojoioeotrigo/2018/06/o-comeco-do-fim-da-farra-da-industria-de-refrigerantes-ou-nao/>> . Acesso em: 22 out. 2019

OECD. **Obesity Update 2017**. OECD, 2017. Disponível em: <www.oecd.org/health/obesity-update.htm>. Acesso em: 15 jan. 2019.

OLIVEIRA, Juliana Souza et al . ERICA: uso de telas e consumo de refeições e petiscos por adolescentes brasileiros. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 50, supl. 1, 7s, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-

89102016000200302&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 dez. 2019.

OLIVEIRA, Phelippe Toledo Pires de. **Soda tax: tributação com propósito de inibir o consume de refrigerantes**. JOTA, Contraditório, [online], 21.05.2018. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/contraditorio/soda-tax-tributacao-com-proposito-de-inibir-o-consumo-de-refrigerantes-21052018>>. Acesso em: 19 out. 2019.

OMS/FAO. **Qué es el codex alimentarius**. Roma, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/CA1176Es/ca1176es.pdf>>. Acesso em: 31 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adotada em 20 de novembro de 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Adotada pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 e ratificada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. **Comentário Geral n. 12 sobre o direito à alimentação adequada** (E/C.12/1999/5). Genebra, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde** (OMS/WHO) 1994. Nova Iorque, 22 de julho de 1946.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**. Genebra: OMS; 2003.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Alimentos e bebidas ultraprocessados na América Latina: tendências, efeito na obesidade e implicações para políticas públicas**. Brasília, DF: OPAS; 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Modelo de Perfil Nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde**. Washington, DC: OPAS, 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OPAS/BRA. **Relatório da Reunião Técnica de Avaliação Econômica em Saúde com Foco na Obesidade**. Brasília, 11 e 12 de junho de 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes**. 53 Conselho Director. 66a Sessão do Comitê Regional da OMS 3 de outubro de 2014. Original: ingles. Washington, D.C., USA, 2014.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y AGRICULTURA (FAO); ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). **Preguntas y respuestas sobre la Ley de alimentos**. Santiago, 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/chi/index.php?option=com_docman&view=download&slug=preguntas-y-respuestas-sobre-la-ley-de-alimentos-1&Itemid=1145>. Acesso em: 9 nov. 2019.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. 63.^a ASAMBLEA MUNDIAL DE LA SALUD. **Resolución WHA63.14 - Promoción de alimentos y bebidas no alcohólicas dirigida a los niños.** Octava sesión plenaria - Comisión A, cuarto informe, WHA63/2010/REC/1, Ginebra, 21 de mayo de 2010.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Estrategia mundial de la OMS sobre régimen alimentario, actividad física y salud: marco para el seguimiento y evaluación de la aplicación.** Ginebra, 2008.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Recomendaciones de la Consulta de Expertos de la Organización Panamericana de la Salud sobre la promoción y publicidad de alimentos y bebidas no alcohólicas dirigida a los niños en la Región de las Américas.** OPS, Washington, D.C., 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1947 (GATT 47).** Português (Lei 313 de 30/07/48 e alterações posteriores). Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/negociacoes-internacionais/1885-omc-acordos-da-omc> > . Acesso em: 5 dez. 2019.

PACE, Ricardo. **Contribuições de intervenção no domínio econômico: direito, economia e política.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2011.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **Ultra-processed food and drink products in Latin America: Trends, impact on obesity, policy implications.** Washington, DC: PAHO, 2015.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION/WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Interactive tool for the Plan of Action for the Prevention of Obesity in Children and Adolescents - Midterm review results** (2018). [on-line]. Disponível em: <http://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14471:obesity-plan-of-action-midterm-review-results-2018&Itemid=40498&lang=en>. Acesso em: 6 nov. 2019.

PAN, L.; BLANCK, H.M.; SHERRY, B.; DALENIUS, K.; GRUMMER-STRAWN, L.M. Trends in the prevalence of extreme obesity among US preschool-aged children living in low-income families, 1998- 2010. **JAMA**.v. 308(24), p. 2563-2565, 2012.

PANAMÁ. Ley N.º75 del 15 de noviembre de 2017 – Ley que establece medidas para promover la alimentación adecuada y estilo de vida saludable en los centros educativos. Disponível em: < [http://www.meduca.gob.pa/sites/default/files/prensa/images/Noviembre 2017/Ley 75 15 de noviembre de 2017.pdf](http://www.meduca.gob.pa/sites/default/files/prensa/images/Noviembre%202017/Ley%2075%2015%20de%20noviembre%20de%202017.pdf) >. Acesso em: 2 nov. 2019.

PANAMÁ. Resuelto N.º3623 de 17 de julio de 2017. Disponível em: < [http://www.meduca.gob.pa/sites/default/files/editor/50/RESUELTO 3623.pdf](http://www.meduca.gob.pa/sites/default/files/editor/50/RESUELTO%203623.pdf) >. Acesso em: 2 nov. 2019.

PAPALIA, D.E.; FELDMAN, R.D. **Desenvolvimento humano.** Porto Alegre: Mc Graw Hill/Artmed, 12.ed. 2013.

PARAGUAI. Resolución 16264 de 31 de Julio de 2013. Disponível em: < https://www.mec.gov.py/documentos/documentos_resoluciones/1864?style=original >. Acesso em: 2 nov. 2019.

PASQUALOTTO, Adalberto. Livre-iniciativa deve levar em conta os efeitos sociais da atividade econômica. **Consultor Jurídico** [on line], 20 de maio de 2019. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2019-mai-20/pasqualotto-livre-iniciativa-efeitos-sociais-atividade-economica> > . Acesso em 2 out 2019.

PEREIRA, Bruno Ramos. **O uso da proporcionalidade no Supremo Tribunal Federal**. São Paulo: Dissertação de Mestrado. (FD-USP), 2009.

PEREIRA, Orlando Petiz. **Importância da intervenção pública na economia de mercado**. Estudios Económicos de Desarrollo Internacional. AEEADE. Vol. 5-1 (2005). Disponível em: < <http://www.usc.es/economet/journals/eedi/eedi515.pdf> >. Acesso em: 20 out. 2019.

PERRY, Ivan J. et al. **What are the estimated costs of childhood overweight and obesity on the island of Ireland?**. Safefood. November, 2017. Disponível em: <<https://www.safefood.eu/SafeFood/media/SafeFoodLibrary/Documents/Publications/Research%20Reports/Cost-of-childhood-obesity-Report.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PERU. Decreto Supremo N. 012-2018-SA Manual de advertencias publicitarias en el marco de la Ley N. 30021 y Decreto Supremo N.017-2017-SA. Disponível em: < <https://busquedas.elperuano.pe/download/url/aprueban-manual-de-advertencias-publicitarias-en-el-marco-de-decreto-supremo-n-012-2018-sa-1660606-1> >. Acesso em: 2 nov. 2019.

PERU. Decreto Supremo N° 017-2017-SA, Reglamento de la Ley N° 30021. Disponível em: < <https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/decreto-supremo-que-aprueba-el-reglamento-de-la-ley-n-30021-decreto-supremo-n-017-2017-sa-1534348-4/> >. Acesso em: 2 nov. 2019.

PERU. Decreto Supremo N° 091-2018-EF . Disponível em: < https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/40385/DS091_2018EF.pdf >. Acesso em: 2 nov. 2019.

PERU. Ley No 30021 – Ley de promoción de la alimentación saludable para niños, niñas y adolescents. Disponível em: < http://www.sipi.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/sipi_normativa/decreto_supremo_30021-13_alimentacion_nna.pdf > . Acesso em: 2 nov. 2019.

PINHEIRO, Anelise Rízzolo de Oliveira; FREITAS, Sérgio Fernando Torres; CORSO; Arlete Catarina Tittoni. Uma abordagem epidemiológica da obesidade. **Rev. Nutr.**, Campinas, 17(4):523-533, ou/dez., 2004.

PISCITELLI, Tathiane. O Brasil na contramão e os incentivos fiscais às bebidas açucaradas. **Valor**, 12.07.19. Disponível em: < <https://www.valor.com.br/legislacao/fio-da-meada/6340567/o-brasil-na-contramao-e-os-incentivos-fiscais-bebidas-acucaradas> > . Acesso em: 21 out. 2019.

RALSTON, Johanna et. al. Time for a new obesity narrative. Comment. **The Lancet**. v. 392, issue 10156, p.1384-1386, October 20, 2018.

RAUBER, F.; CAMPAGNOLO, P.D.; HOFFMAN, D.J.; VITOLO, M.R. Consumption of ultraprocessed food products and its effects on children's lipid profiles: a longitudinal study. **Nutr Metab Cardiovasc Dis**. V. 25, n.1, p. 116–22, 2015.

RBA. Idec critica propostas da Anvisa e propõe melhorias na rotulagem nutricional. 6 outubro 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2019/10/idec-critica-propostas-da-anvisa-e-propoe-melhorias-na-rotulagem-nutricional/>. Acesso em 26 de outubro de 2019.

RICHARD, H. Thaler; SUNSTEIN, Cass R. **Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth, and Happiness**. London: Penguin, 2009, p.5.

RIVA, Gabriela Rodrigues Saab. **O Direito Internacional e os Testes de Medicamentos com Seres Humanos** (Tese de Doutorado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SACKS, G.; SWINBURN, B.; LAWRENCE, M. Obesity Policy Action framework and analysis grids for a comprehensive policy approach to reducing obesity. **Obes Rev.**, v.10, p. 76–86, 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 8. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2007.

SCHLOEMANN, Hannes. Caso dos pneus: o artigo XX do GATT deixa espaço para políticas nacionais?. [internet]: **Pontes**, Volume 4, N. 1, Feb. 2008. Disponível em: < <https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/caso-dos-pneus-o-artigo-xx-do-gatt-deixa-espa%C3%A7o-para-pol%C3%ADticas-nacionais> >. Acesso em: 5 de dez. 2019.

SICHERI, Rosely; DO NASCIMENTO, Sileia; COUTINHO, Waldir. The burden of hospitalization due to overweight and obesity in Brazil. **Cad Saude Publica**. Rio de Janeiro, v. 23, n.7, p.1721–7, 2007.

SILVA, Jorge Pereira da. **Deveres do Estado de Proteção de Direitos Fundamentais**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015.

SILVA, Virgílio Afonso da. **A Constitucionalidade da Restrição da Publicidade de Alimentos e de Bebidas Não Alcoólicas voltada ao Público Infantil**. São Paulo: Instituto Alana, 26 de abril de 2012.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia**. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVEIRA, Paulo Antônio Caliendo Velloso. **Direito tributário e análise econômica do Direito: uma visão crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SODRÉ, Marcelo Gomes. **Formação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor**. São

Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SODRÉ, Marcelo Gomes. Objetivos, Princípios e Deveres da Política Nacional das Relações de Consumo. In: SODRÉ, Marcelo Gomes; MEIRA, Fabíola; CALDEIRA, Fabíola. (Coordenadores). **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 1. ed., São Paulo: Editora Verbatim, 2009.

SOUZA, Noa Pereira Prada de; OLIVEIRA; Maria Rita Marques de. O ambiente como elemento determinante da obesidade. **Revista Simbio-Logias**, v.1., n.1, mai/2008.

STUCKLER, D.; MCKEE, M.; EBRAHIM, S.; and BASU, S. Manufacturing epidemics: the role of global producers in increased consumption of unhealthy commodities including processed foods, alcohol, and tobacco. **PLoS medicine** 9, 2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Extraordinário com agravo 1.038.825 São Paulo**. Disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/5/art20170515-15.pdf>>. Acesso em: 13 de outubro de 2019.

SWINBURG, B.; EGGER, G.; RAZA, F. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. **Prevent. Med.**, v. 29, p. 563-570, 1999.

SWINBURN, B.A., et al. The Global Obesity Pandemic: Shaped by Global Drivers and Local Environments. **The Lancet**, v. 378, p. 804-814, 2011.

SWINBURN, Boyd. Et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**. Volume 393, Issue 10173, p. 791-846, Feb 23, 2019.

TAVARES L.F.; FONSECA, S.C.; GARCIA, Rosa M.L.; YOKOO, E.M. Relationship between ultraprocessed foods and metabolic syndrome in adolescents from a Brazilian Family Doctor Program. **Public Health Nutr.** V. 15, n. 1, p. 82-7, 2012.

UNITED NATIONS. **Political Declaration of the High-level Meeting of the General Assembly on the Prevention and Control of Non-communicable Diseases (A/RES/66/2)**. General Assembly, Sixty-sixth session, 24 January 2012.

UNITED NATIONS. **United Nations Decade of Action on Nutrition (2016-2025) (A/RES/70/259)**. Resolution adopted by General Assembly on 1 April 2016. 70/259. General Assembly, **Seventieth session**, 15 April 2016.

URUGUAI. Decreto 272/018. Disponível em: < [https://www.gub.uy/ministerio-salud-publica/sites/ministerio-salud-publica/files/documentos/noticias/Decreto N%C2%BA 272-018 y Anexos %28Etiquetado de Alimentos%29.pdf](https://www.gub.uy/ministerio-salud-publica/sites/ministerio-salud-publica/files/documentos/noticias/Decreto_N%C2%BA_272-018_y_Anexos_%28Etiquetado_de_Alimentos%29.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2019.

URUGUAI. Decreto No 60/014. Disponível em: < <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/60-2014>> . Acesso em: 2 nov. 2019

URUGUAI. Ley No 19.140 – alimentación saludable en los centros de enseñanza. Disponível em: < <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/uru154756.pdf> > . Acesso em: 2 nov. 2019.

URUGUAY. **G/TBT/W/614**. Statement by Uruguay to the Committee on technical barriers to trade 6 and 7 march 2019. World Trade Organization. 25 March 2019.

VARELLA, Drauzio. **Obesidade, uma doença?**. Website: Uol, 18 de maio de 2018. Disponível em <<https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/obesidade-uma-doenca/>>. Acesso em: 20 abr. 2019

WORLD CANCER RESEARCH FUND INTERNATIONAL. **NOURISHING** Framwork: Restrict food advertising and other forms of commercial promotion. 2016. Disponível em: < <https://www.wcrf.org/sites/default/files/Restrict-advertising.pdf>>. Acesso em: 18 Ago 2019.

WORLD HEALTH ASSEMBLY. **Global strategy on diet, physical activity and health** (WHA57.17). Fifty-Seventh Worl Health Assembly. 22 May 2004. Disponível em: < http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA57/A57_R17-en.pdf >. Acesso em: 1 dez 2019.

WORLD HEALTH ASSEMBLY. **Marketing of food and non-alcoholic beverages to children** (WHA63.14). Sixty-third World Health Assembly. 21 May 2010. Disponível em: < http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA63/A63_R14-en.pdf >. Acesso em: 2 dez 2019.

WORLD HEALTH ORANIZATION. **Fact-sheet: Obesity and overweigh**. 16 February 2018. Disponível em: < <http://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Conference Outcome Document: Framework for Action** (ICN2 2014/3 Corr.1). Second International Conference on Nutrition 19-21 November 2014. Rome: October 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **‘Best buys’ and other recommended interventions for the prevention and control of noncommunicable diseases - Tackling NCDs** (WHO/NMH/NVI/17.9). WHO: Geneva, Switzerland, 2017

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Diet, Nutrition and Prevention of Chronic Diseases**. Report of a Joint WHO/FAO Expert Consultation. WHO Technical Report Series 916, 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global Action Plan for the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases 2013-2020**. Geneva: WHO, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global Nutrition Targets 2025: Childhood Overweight policy brief** (WHO/NMH/NHD/14.6). Geneva: WHO, 2014. Disponível em: < https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/149021/WHO_NMH_NHD_14.6_eng.pdf?ua=1 >. Acesso em 12 set. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global School Health Initiatives: Achieving Health**

and Education Outcomes. 2017. Disponível em: <<http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259813/WHO-NMH-PND-17.7-eng.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on noncommunicable diseases 2010.** Geneva: World Health Organization, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Guideline: sodium intake for adults and children.** Genebra: OMS; 2012. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/77985/1/9789241504836_eng.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health topics. Nutrition.** Disponível em: <<https://www.who.int/health-topics/nutrition>>. Acesso em 20 de abr. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health Topics. Obesity.** Disponível em: <<https://www.who.int/topics/obesity/en/>>. Acesso em 20 de nov. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Healthy diet.** 23 Oct 2018. Disponível em: <<https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/healthy-diet>>. Acesso em: 12 dez 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International code of marketing of breastmilk substitutes.** [Internet]. Genebra, OMS; 1981. Disponível em: <http://www.who.int/nutrition/publications/code_english.pdf>. Acesso em 16 nov. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Report of the Commission on Ending Childhood Obesity. Implementation plan: executive summary** (WHO/NMH/PND/ECHO/17.1). Geneva: World Health Organization; 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Report of the Commission on Ending Childhood Obesity.** Geneva: World Health Organization, 2016. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/204176/9789241510066_eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 dez 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Set of recommendations on the marketing of foods and non-alcoholic beverages to children.** WHO Library Cataloguing-in-Publication Data. Switzerland, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Sugars intake for adults and children. Guideline.** WHO/NMH/NHD/15.2 (Executive summary). 2015. Disponível em: <https://www.who.int/nutrition/publications/guidelines/sugars_intake/en/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Taking Action on Childhood Obesity** (WHO/NMH/PND/ECHO/18.1). World Health Organization. 2018. Disponível em <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/274792/WHO-NMH-PND-ECHO-18.1-eng.pdf?ua=1>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Director-General addresses Health Promotion Conference.** The 8th Global Conference on Health Promotion in Helsinki. Geneva: World Health Organization. 2013. Disponível em: <http://www.who.int/dg/speeches/2013/health_promotion_20130610/en/>. Acesso em 24 abr. 2019.

WORLD OBESITY FEDERATION. **Global Obesity Observatory.** Disponível em: <www.worldobesitydata.org>. Acesso em: 15 abr. 2019.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Agreement on Technical Barriers to Trade.**

YUBA, T. Y.; et. al. Evolução dos preços relativos de grupos alimentares entre 1939 e 2010, em São Paulo, SP. **Rev Saúde Pública.** V. 47, n.3, p. 549-59, 2013.

ZWARG, Vinicius Simony. Aspectos fundamentais da saúde e segurança no CDC. In: SODRÉ, Marcelo Gomes; ALMEIDA, Fabíola Pereira; CALDEIRA, Patrícia (org.). **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor.** 1a Ed. São Paulo: Ed. Verbatim, 2009.